PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA VELHA/RS

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2026

EDITAL Nº 10/2026 – DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS E JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

O Prefeito Municipal de Estrela Velha/RS, no exercício de suas atribuições, por este edital, para conhecimento dos interessados, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Abertura nº 01/2026, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

1.1. Foi realizada a avaliação dos recursos interpostos pelas pessoas candidatas durante o período de **14** a **16/07/2026**, e justifica-se a manutenção ou alteração do Gabarito Preliminar da Prova Teórico-Objetiva no Anexo I deste Edital.

2. DOS GABARITOS DEFINITIVOS

2.1. Os Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas encontram-se no Anexo II deste edital.

3. DOS ANEXOS

3.1. É parte integrante do presente edital:

ANEXO I – Justificativas para Manutenção/Alteração dos Gabaritos Preliminares;

ANEXO II – Gabaritos Definitivos.

Estrela Velha, 30 de julho de 2026.

Alexander Castilhos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA VELHA/RS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

De acordo com o Edital de Abertura nº 01/2026, que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta,* emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): MOTORISTA, OPERÁRIO ESPECIALIZADO

QUESTÃO: 26 - ANULADA.
A questão apresenta inconsistência entre a referência do conteúdo programático e a referência mencionada no enunciado.

Referência Bibliográfica:
https://leis.org/municipais/rs/estrela-velha/lei/lei-ordinaria/2010/935/lei-ordinaria-n-935-2010-de-posturas-do-municipio-de-estrela-velha-e-da-outras-providencias

Conteúdo Programático:
Código de Posturas Municipal (Lei Municipal nº 935/2010)..

NÍVEL MÉDIO

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 1 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

As lacunas devem ser preenchidas por: Pró-Reitoria – videochamadas – telemedicina. A alternativa A está incorreta pois prevê que não há hífen nem separação na primeira lacuna (Próreitoria) e que há hífen na segunda lacuna (vídeo-chamadas). Somente o termo da terceira lacuna está grafado corretamente.

Alternativa B:

As lacunas devem ser preenchidas por: Pró-Reitoria – videochamadas – telemedicina. A única alternativa que apresenta essa combinação é a alternativa B, que, portanto, está correta.

Alternativa C:

As lacunas devem ser preenchidas por: Pró-Reitoria – videochamadas – telemedicina. a alternativa C está incorreta pois diz que há separação (sem hífen) na primeira lacuna (Pró Reitoria) e que há hífen na terceira lacuna (tele-medicina). Somente o termo da segunda lacuna está grafado corretamente.

Alternativa D:

As lacunas devem ser preenchidas por: Pró-Reitoria – videochamadas – telemedicina. A alternativa D está incorreta pois prevê hífen na segunda lacuna (vídeo-chamadas) e separação (sem hífen) na terceira lacuna (tele medicina). Somente o termo da primeira lacuna está grafado corretamente.

Referência Bibliográfica:

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

Conteúdo Programático:

Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto Federal nº 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.

Comentários Gerais:

A questão solicita que as lacunas tracejadas no corpo do texto sejam preenchidas respeitando as regras ortográficas vigentes em relação ao emprego do hífen.

A primeira lacuna, que aparece em “do programa USP 60+ da _____ de Cultura e Extensão Universitária” (l. 08), deve ser preenchida com “Pró-Reitoria”, com hífen, visto que, conforme Cunha e Cintra (2017, p. XXXVII, grifos dos autores), “com os prefixos ou falsos prefixos ex-, sota-, soto-, vice-, vizo-, pré-, pró- e pós- sempre se usa hífen”.

A segunda lacuna aparece em “Aplicativos de mensagens e _____ têm o potencial [...]” (l. 29), enquanto a terceira lacuna, por sua vez, encontra-se no trecho “campos como o da _____ permitem consultas on-line [...]” (l. 31). Nelas, deve-se usar “videochamada” e “telemedicina”, sem hífen, já que, ainda segundo Cunha e Cintra (2017, p. 81, grifos dos autores), “nas formações com prefixos, como ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre- extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, sobre-, sub-, super-, ultra- etc., e em formações por recomposição com falsos prefixos ou pseudoprefixos (de origem grega ou latina) como aero-, agro-, arqui-, auto-, hio-, eletro, geo-, hidro-, inter-, macro-, maxi-, micro-, mini-, multi-, neo-, pan-, plurí-, proto-, pseudo-, retro-, semi-, tele- etc, só se usa hífen” quando o segundo elemento começa com “h” e quando o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal do início do segundo elemento (além de exceções para alguns prefixos específicos, que não se aplicam a essa questão). Como “chamadas” e “medicina” não começam com “h” nem vogal, não levam hífen.

Em relação à segunda lacuna, é importante notar que, conforme Cunha e Cintra (2017, p. 127-128), “certos radicais latinos e gregos adquiriram sentido especial nas línguas modernas. [...]”, assumindo “o sentido global dos vocábulos de que antes eram elementos componentes”, denominando-se “pseudoprefixos ou prefixoides”, o que se aplica à “video” no caso de “videochamada”, “videoaula”, “videoconferência” etc.

Assim, as lacunas devem ser preenchidas por: Pró-Reitoria – videochamadas – telemedicina. A única alternativa que apresenta essa combinação é a alternativa B, que, portanto, está correta. Assim, mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 2 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão solicita que sejam analisadas três assertivas a respeito do texto, que abordam diversas questões de interpretação.

A primeira assertiva aborda a intencionalidade discursiva do texto. Segundo Guimarães (2009, p. 24), "quando alguém produz um texto, tem por objetivo despertar o interesse daquele que o lê ou ouve, ou seja, guia-se por uma dada intencionalidade. O receptor – ouvinte ou leitor –, por sua vez, condiciona sua aceitabilidade, ou seja, a atividade de construção do sentido do texto, a dados recursos oferecidos pelo texto, que atinjam os objetivos de comunicação desejados". A assertiva diz que a intencionalidade discursiva do texto é, principalmente, convencer o leitor de que a tecnologia deve substituir formas tradicionais de cuidado com os idosos, visto que são descritas diversas ferramentas capazes de auxiliar na promoção da saúde. No entanto, ela está incorreta, pois o próprio texto afirma que as ferramentas digitais não substituem o contato humano, apenas complementam o cuidado (l. 36-37).

A segunda assertiva, por sua vez, lida com a maneira como o texto constrói a argumentação. Segundo Fiorin e Savioli (2007, p. 173,), "um dos aspectos importantes a considerar quando se lê um texto é que, em princípio, quem o produz está interessado em convencer o leitor de alguma coisa. Todo texto tem, por trás de si, um produtor que procura persuadir o seu leitor (ou leitores), usando para tanto vários recursos de natureza lógica e linguística. Chamamos procedimentos argumentativos a todos os recursos acionados pelo produtor do texto com vistas a levar o leitor a crer naquilo que o texto diz e a fazer aquilo que ele propõe". No texto base, observa-se que o texto inicia citando dados estatísticos do IBGE, para seguir fornecendo exemplos de dispositivos, aplicativos e telemedicina e falas de uma autoridade no assunto, espalhadas ao longo do texto, inclusive no encerramento. Essa organização constrói o argumento do texto de que a tecnologia pode auxiliar no cuidado com idosos. Portanto, a assertiva II está correta.

A terceira assertiva, por fim, diz que a com a menção do conceito de aging in place como forma de garantir "qualidade de vida sem abdicar do conforto" deixa subentendido que o envelhecimento fora do próprio lar representaria uma perda de conforto ou qualidade de vida. A questão, portanto, lida com implícitos, ou seja, algo que, nas palavras de Guimarães (2009, p. 62), "pode ser implicado", já que, "em todo enunciado, pode-se distinguir um posto e um pressuposto – o pressuposto designando o que pode ser implicado logicamente pelo posto. Funcionando de maneira lógica, o pressuposto torna-se difícil de ser recusado, devendo ser aceito pelo locutor bem como pelo interlocutor". A assertiva está correta, já que, embora o texto nunca mencione explicitamente alternativas ao "envelhecer em casa" (como instituições de longa permanência), a defesa do conforto e da qualidade de vida associados ao lar (l. 13-14) permite inferir que a ausência dessas condições, fora do ambiente doméstico, representaria uma perda. Trata-se, então, de uma inferência do leitor a partir de uma lacuna não preenchida linguisticamente no texto.

Assim, a assertiva I não está correta, enquanto as assertivas II e III estão corretas, sendo a alternativa C a alternativa que identifica corretamente a correção das assertivas. Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

GUIMARÃES, E. Texto, discurso e ensino. São Paulo: Contexto, 2009.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

Conteúdo Programático:

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.

QUESTÃO: 3 - MANTIDA alternativa 'A'.

Alternativa A:

A alternativa A diz que, ao apresentar tanto benefícios da tecnologia para o envelhecimento saudável quanto limitações para a sua adoção, o autor constrói uma argumentação equilibrada, evitando uma defesa incondicional do tema. Ela descreve adequadamente a estratégia argumentativa do texto, estando, portanto, correta. Ao longo do texto, o autor sustenta a tese de que a tecnologia constitui importante aliada para o envelhecimento saudável, apresentando dados estatísticos, exemplos concretos e argumentos de autoridade, por meio da inserção de falas de um pesquisador. No entanto, no parágrafo final, o texto explicita uma ressalva relevante: "Embora seja necessário levar em consideração questões como o letramento digital e a integração tecnológica em todas as faixas etárias no País, mas especialmente na terceira idade [...]" (l. 34-35). Ao

reconhecer que a adoção das tecnologias depende de condições como o letramento digital e a integração tecnológica, o autor evita apresentar a tecnologia como solução irrestrita ou suficiente por si só. Assim, a ressalva apresentada ao fim do texto não descaracteriza a defesa da tese central, mas demonstra que o autor reconhece condicionantes para a efetiva adoção das tecnologias, evitando uma defesa absoluta ou incondicional do tema, conferindo equilíbrio e credibilidade à argumentação.

Alternativa B:

A alternativa B afirma que a personificação presente no título (“a tecnologia como aliada”) tem função predominantemente expressiva, contribuindo mais para tornar o título atrativo do que para fortalecer a argumentação desenvolvida no texto. Ela está incorreta, pois a personificação apontada no título não exerce somente função expressiva nem se limita a tornar o título mais atrativo, visto que, ao caracterizar a tecnologia como uma “aliada”, o título antecipa a tese defendida ao longo do texto e orienta a interpretação do leitor, desempenhando papel relevante na construção da argumentação.

Alternativa C:

A alternativa C prevê que os exemplos de dispositivos tecnológicos citados ao longo do texto têm como objetivo principal detalhar o funcionamento das ferramentas mencionadas, visando informar o leitor sobre os seus recursos tecnológicos. Ela está incorreta, pois o objetivo principal dos exemplos presentes ao longo do texto não é detalhar o funcionamento técnico das ferramentas nem informar o leitor sobre os seus recursos tecnológicos. Os exemplos fornecidos pelo texto desempenham a função de ilustrar concretamente a tese do autor, demonstrando como diferentes tecnologias podem contribuir para um envelhecimento mais saudável, autônomo e seguro. As referências a relógios inteligentes, aplicativos, inteligência artificial, sensores e assistentes de voz constituem recursos exemplificativos empregados para fundamentar a defesa do tema central do texto, e não descrições técnicas esmiuçadas voltadas ao conhecimento profundo do funcionamento ou ao fornecimento de instruções sobre o modo de uso dos dispositivos citados.

Alternativa D:

A alternativa D afirma que, ao intercalar dados estatísticos com falas de Egídio Dorea, o texto apresenta fatos e opiniões de forma indistinta, apagando as marcas textuais que normalmente diferenciam informações verificáveis de posicionamentos pessoais. Ela está incorreta, pois observa-se que o texto não apresenta fatos e opiniões de forma indistinta, tampouco apaga as marcas textuais que os diferenciam. Os dados estatísticos são explicitamente atribuídos ao IBGE (l. 01), enquanto as opiniões e avaliações são claramente identificadas como declarações do especialista Egídio Dorea, por meio de verbos dicendi ("comenta", "complementa") e do emprego de aspas. Desse modo, o texto preserva a distinção entre informações verificáveis e posicionamentos pessoais.

Referência Bibliográfica:

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. 1. d. São Paulo: Ática, 2011.

Conteúdo Programático:

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.

Comentários Gerais:

A questão diz respeito à interpretação de texto, considerando os recursos de argumentação e os efeitos de sentido do texto, exigindo a leitura e a compreensão do texto por completo, visto que, conforme Fiorin e Platão Savioli (2011, n. p.), “um texto é, pois, um todo organizado de sentido. Dizer que ele é um todo organizado de sentido implica afirmar que o texto é um conjunto formado de partes solidárias, ou seja, que o sentido de uma depende das outras”, prestando também atenção às escolhas e combinações feitas pelo autor, já que “o produtor do texto pode combinar as figuras e os temas de diversas maneiras de forma a chamar a atenção do leitor para este ou aquele aspecto da realidade que descreve ou explica. São muitos os modos de fazer essas combinações. Cada um deles visa produzir um dado efeito de sentido” (Fiorin; Savioli, 2007, p. 129).

QUESTÃO: 5 - MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:

A alternativa A diz que um sinônimo de “integrado” seria “adaptado”, que, segundo o Dicionário Aulete Digital, significa “que se ajustou ao meio físico ou social, ou às circunstâncias em que vive, às atividades que exerce etc.; AMBIENTADO”. Assim, o termo aponta para alguém acomodado, habituado às condições da sociedade, o que não implica, necessariamente, uma integração à sociedade: é possível estar adaptado à sociedade, mas ser socialmente isolado, enfrentar dificuldades de integração; também é possível ser integrado à sociedade, fazer parte da vida social, mas, ao mesmo tempo, enfrentar dificuldades de adaptação, não se

ajustando ao ambiente. Assim, “adaptado” não reproduz o efeito de sentido do termo destacado no enunciado, estando a alternativa A incorreta.

Alternativa B:

A alternativa B prevê que o sinônimo de "integrado" seja “disperso”, termo que sugere falta de organização e ordem, espalhamento, separação, não correspondendo, portanto, ao sentido de inserção social de “integrado”. A alternativa B, assim, está incorreta.

Alternativa C:

A alternativa C está correta, já que apresenta o termo “inserido”, que significa, conforme o Dicionário Aulete Digital, “que se inseriu; INSERTO; INTRODUZIDO”, sendo que o verbo “inserir” é definido pelo dicionário como “colocar dentro, INTRODUZIR; incluir(-se) em; ENCAIXAR(-SE); ENQUADRAR(-SE); passar a ocupar um lugar estabelecido em; FIXAR-SE”. Assim, o termo “inserido” mantém o sentido de participação e pertencimento social expresso por "integrado", sendo sinônimo adequado para o termo no contexto do texto.

Alternativa D:

A alternativa D está incorreta pois o termo “isolado” indica separação, afastamento, distanciamento ou exclusão social, contrariando o sentido original de integração do termo destacado no enunciado.

Referência Bibliográfica:

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
INTEGRADO. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/integrado. Acesso em: 22 jun. 2026.
INTEGRAR. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/integrar. Acesso em: 22 jun. 2026.
ADAPTADO. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/adaptado. Acesso em: 22 jun. 2026.
DISPERSO. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/disperso. Acesso em: 22 jun. 2026.
INSERIDO. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/inserido. Acesso em: 22 jun. 2026.
INSERIR. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/inserir. Acesso em: 22 jun. 2026.
ISOLADO. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/isolado. Acesso em: 22 jun. 2026.

Conteúdo Programático:

Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.

Comentários Gerais:

A questão tem como objetivo a equivalência semântica do termo “integrado”, que aparece na oração “Desde dispositivos que monitoram sinais vitais em tempo real até plataformas que facilitam a comunicação com médicos ou familiares, ela se tornou uma ferramenta de apoio para que o idoso possa permanecer ativo e integrado à sociedade.” (l. 10-12). Assim, a questão diz respeito à sinonímia, que, conforme Bechara (2009, p. 404), é “o fato de haver mais de uma palavra com semelhante significação, podendo uma estar em lugar da outra em determinado contexto, apesar dos diferentes matizes de sentido ou de carga estilística”. É importante notar que o enunciado pede que seja assinalada a alternativa que não altere significativamente o sentido do trecho em que o termo destacado ocorre, não exigindo que a substituição preserve integralmente a regência nominal ou a estrutura sintática da oração.

Nesse sentido, nota-se que “integrado”, na definição do Dicionário Aulete Digital, significa “que se integrou; cujos elementos ou partes funcionam de maneira complementar; bem adaptado ao grupo ou sociedade de que faz parte”, sendo derivado de “integrar”, que significa, entre outras coisas “fazer(-se)) inteiro, incluído num só todo ou conjunto; INCORPORAR(-SE); ser parte de (uma totalidade, um conjunto maior”. Portanto, alguém “integrado à sociedade” faz parte do grupo social mais amplo, que tem participação e sentimento de pertencimento social.

QUESTÃO: 6 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão pede que sejam analisadas quatro afirmações sobre o texto, considerando o gênero e o tipo textual do mesmo, identificando se são verdadeiras ou falsas.

Segundo Marcuschi (2002, n. p.), os gêneros textuais “são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos”, constituindo “textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas”. Ainda segundo o autor, a produção de cada gênero textual implica uma adequação lógica com relação a “natureza da informação ou do conteúdo veiculado; nível de linguagem (formal, informal, dialetal, culta etc.); tipo de situação em que o gênero se situa (pública, privada, corriqueira, solene etc.); relação entre os

participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação etc.); natureza dos objetivos das atividades desenvolvidas" (Marcuschi, 2002, n. p). Os gêneros incluem, mas não se limitam a telefonema, carta, romance, reportagem, receita, cardápio, resenha, edital de concurso, etc.
Já os tipos, ainda segundo o autor, têm, entre suas características, "o fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes. Por isso, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto", ou seja, a expressão "tipo textual" designa "uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)", compreendendo narração, argumentação, exposição, descrição e injunção (Marcuschi, 2002, n. p). Para Marcuschi (2002, n. p.), "um elemento central na organização de textos narrativos é a sequência temporal. Já no caso de textos descritivos predominam as sequências de localização. Os textos expositivos apresentam o predomínio de sequências analíticas ou então explicitamente explicativas. Os textos argumentativos se dão pelo predomínio de sequências contrastivas explícitas. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de sequências imperativas."
A primeira afirmativa diz que o texto é uma reportagem de divulgação, com o objetivo de informar o leitor sobre um determinado tema. Ela está correta, já que o texto se configura como uma reportagem de divulgação científica, cumprindo a função social de informar o público sobre os auxílios fornecidos pela tecnologia para o cuidado com idosos. Portanto, os parênteses são preenchidos com V.
A segunda afirmativa diz que o texto tem predomínio do tipo expositivo, com sequências explicativas e analíticas que apresentam informações, dados e exemplos sobre o uso da tecnologia na terceira idade. Ela também é verdadeira, visto que o tipo expositivo predomina ao longo do texto, com, por exemplo, apresentação de dados do IBGE e explicação do funcionamento de dispositivos tecnológicos. Assim, os segundos parênteses também são preenchidos com V.
A terceira afirmativa diz que, além do tipo expositivo, há a presença de passagens argumentativas, com sequências contrastivas explícitas. Ela também é verdadeira, já que há presença de algumas passagens em que há contraste explícito, indicadas pelo uso das conjunções "embora" e "mas". Assim, os parênteses também devem receber um V.
Finalmente, a quarta afirmativa diz que, por ser uma reportagem, o texto é do tipo narrativo, com a sequência temporal dos fatos relatados. Não é correto afirmar isso, já que não se observam, no texto, sequências temporais de fatos. Além disso, os gêneros podem combinar tipos textuais diferentes em sua composição, como aponta Marcuschi (2002, n. p.), não sendo possível afirmar que um dado gênero implica que o texto seja integralmente de um determinado tipo. Assim, a afirmação é falsa, e os parênteses são preenchidos por F.
Portanto, a ordem de preenchimento dos parênteses é V – V – V – F, estando a alternativa A correta. Desse modo, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
Conteúdo Programático:
Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi.

QUESTÃO: 9 - MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
A questão solicita que se identifique a figura de linguagem presente no trecho "as inovações tecnológicas promovem novos serviços e ferramentas com potencial uso pela terceira idade" (l. 04-05). A alternativa A diz que se trata de uma antítese, ou seja, faz uma "aproximação de palavras ou expressões de sentido oposto" (Cegalla, 2008, p. 626). Não se observa nenhuma oposição semântica de ideias ou expressões no trecho, mas apenas a apresentação de informações sobre os benefícios das inovações tecnológicas para a população idosa. Assim, a alternativa A está incorreta.
Alternativa B:
A questão solicita que se identifique a figura de linguagem presente no trecho "as inovações tecnológicas promovem novos serviços e ferramentas com potencial uso pela terceira idade" (l. 04-05). A alternativa B diz que se trata de um eufemismo, figura que, segundo Cegalla (2008, p. 626), "consiste em suavizar a expressão de uma ideia triste, molesta ou desagradável, substituindo o termo contundente por palavras ou circunlocuções amenas ou polidas". No trecho destacado no enunciado, a expressão "terceira idade" constitui uma forma atenuada de referência à velhice, suavizando a referência a essa fase da vida. O fato de a expressão "terceira idade" constituir uma denominação amplamente difundida e lexicalizada não implica que não tenha valor eufemístico, visto que a institucionalização ou difusão de um termo ou expressão não impede que haja efeito de suavização. Desse modo, observa-se que o emprego do termo "terceira idade" no trecho constitui eufemismo, estando a alternativa correta.

Alternativa C:
A questão solicita que se identifique a figura de linguagem presente no trecho “as inovações tecnológicas promovem novos serviços e ferramentas com potencial uso pela terceira idade” (l. 04-05). A alternativa C afirma que se trata de uma hipérbole, que é definida por Cegalla (2008, p. 627) como “uma afirmação exagerada, [...] uma deformação da verdade que visa a um efeito expressivo”. Isso não ocorre no trecho destacado no enunciado, em que não há qualquer exagero ou intensificação expressiva; portanto, a alternativa C está incorreta.
Alternativa D:
A questão solicita que se identifique a figura de linguagem presente no trecho “as inovações tecnológicas promovem novos serviços e ferramentas com potencial uso pela terceira idade” (l. 04-05). A alternativa D diz que é um pleonasmo, ou seja, “o emprego de palavras redundantes, como o fim de reforçar ou enfatizar a expressão” (Cegalla, 2008, p. 621), o que também não ocorre no trecho destacado, em que não se observa a repetição de ideias ou de palavras com efeito enfático. A expressão “novos serviços” não constitui redundância em relação a “inovações tecnológicas”, uma vez que o adjetivo “novos” qualifica o substantivo “serviços”, e não o termo “inovações”. Portanto, a alternativa D está incorreta.
Referência Bibliográfica:
CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
Conteúdo Programático:
Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'C'.
A questão aborda questões sintáticas, solicitando que três assertivas sejam analisadas, verificando quais estão corretas e incorretas.
A assertiva I diz que, em “se conectavam à rede” (l. 02), o acento indicativo de crase em “à” é facultativo, podendo ser suprimido sem prejuízo à correção gramatical, uma vez que o verbo “conectar” não exige complemento regido pela preposição “a”. Assim, a assertiva lida com a crase, que, segundo Cunha e Cintra (2017, p. 88, grifo dos autores), é utilizada para assinalar “as contrações da preposição a com o artigo a e com os pronomes demonstrativos a, aquele, aqueloutro, aquilo, as quais se escreverão assim: à, às, àquele, àqueles, àquelas, àquilo, àqueloutro, àqueloutra, àqueloutros, àqueloutras.” Na assertiva, diz-se que a crase após o verbo “se conectavam”, na linha 02, seria facultativa em função da regência do verbo “conectar-se”, que não exigiria a preposição “a”. No entanto, o verbo “conectar(-se)”, segundo o Dicionário Aulete Digital, admite regência pelas preposições “a” e “com”. No trecho do texto destacado na assertiva, porém, foi empregada a construção “conectar-se a”, em que a preposição “a” é exigida pela regência efetivamente utilizada. Como o substantivo “rede”, que aparece em seguida, é feminino singular e vem determinado pelo artigo feminino singular, a fusão de preposição e artigo é obrigatória (“à rede”). A existência de outra possibilidade de regência (“conectar-se com”) não torna facultativo o emprego da crase na construção adotada no trecho destacado, apenas configura uma construção sintática diversa. Assim, no trecho destacado na assertiva, observa-se que a supressão do acento indicativo de crase, sem alteração da estrutura da oração, tornaria a frase gramaticalmente incorreta. Portanto, não há facultatividade, o que significa que a assertiva I está incorreta.
A assertiva II prevê que, no trecho “ela se tornou uma ferramenta de apoio para que o idoso possa permanecer ativo e integrado à sociedade” (l. 11–12), a expressão “uma ferramenta de apoio” exerce a função sintática de objeto direto do verbo “se tornou”. No entanto, “tornar-se” é um verbo de ligação indicativo de mudança de estado, sendo que “os VERBOS DE LIGAÇÃO (ou COPULATIVOS) servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal” (Cunha; Cintra, 2017, p. 147, grifos dos autores) e são usados para formar um predicado nominal, que “é formado por um VERBO DE LIGAÇÃO + PREDICATIVO”. Na construção empregada no trecho destacado na assertiva, o verbo “tornar-se” não expressa ação transitiva exercida sobre um objeto, mas uma mudança de estado do sujeito. Por essa razão, a expressão “uma ferramenta de apoio” atribui uma característica ao sujeito “ela”, desempenhando a função de predicativo do sujeito, e não de objeto direto. Portanto, a assertiva II está incorreta.

Por fim, a assertiva III afirma que, em “a tecnologia pode garantir acesso à saúde de forma rápida e segura” (l. 32), a regência do substantivo “acesso” resulta no acento indicativo de crase em “à”. A assertiva aborda, novamente, a crase, porém considerando a regência nominal, já que ela ocorre após o substantivo “acesso”. Conforme Luft (2010, p. 27), o vocábulo “acesso” é regido pela preposição “a”. Como “saúde”, termo que segue esse substantivo, é feminino singular, a crase é obrigatória, justamente o que a assertiva afirma. Assim, a assertiva III está correta.
Portanto, as assertivas I e II estão incorretas, enquanto a assertiva III está correta. Logo, a alternativa C está correta, já que é a única que identifica corretamente que somente a assertiva III está correta. Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
LUFT, C. P. Dicionário prático de regência nominal. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010.
CONECTAR. In: DICIONÁRIO Online – Dicionário Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2026?]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/conectar. Acesso em: 22 jun. 2026.

Conteúdo Programático:

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 14 - MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A:

A alternativa A prevê que "para que o idoso possa permanecer ativo e integrado à sociedade" é uma oração subordinada adverbial causal, pois exprime a razão pela qual a tecnologia se tornou uma ferramenta de apoio para os idosos. Ela está incorreta pois “para que” não pertence à categoria das conjunções causais, que denotam causa ou motivo para a ocorrência de um fato. No período apresentado, a oração introduzida por “para que” não indica a razão pela qual a tecnologia se tornou uma ferramenta de apoio, mas a finalidade dessa condição.

Alternativa B:

A alternativa B, por sua vez, afirma que "para que o idoso possa permanecer ativo e integrado à sociedade" consiste em oração subordinada adverbial concessiva, pois apresenta um fato que poderia impedir que o idoso permanecesse ativo, mas não o impede. Essa relação costuma ser introduzida por conectivos como “embora”, “ainda que”, “mesmo que” etc. No trecho apresentado, não existe ideia de oposição ou concessão, então a alternativa está incorreta.

Alternativa C:

A alternativa C está incorreta pois diz que "para que o idoso possa permanecer ativo e integrado à sociedade" seria uma oração subordinada adverbial consecutiva, pois indica uma consequência decorrente do fato de a tecnologia ter se tornado uma ferramenta de apoio, o que não é observado no trecho destacado, em que não se indica a um efeito decorrente do fato expresso na oração principal (a tecnologia ter se tornado uma ferramenta de apoio para idosos), mas sim a finalidade pretendida por esse fato.

Alternativa D:

O enunciado solicita que seja identificada a classificação da oração subordinada adverbial sublinhada no período “Desde dispositivos que monitoram sinais vitais em tempo real até plataformas que facilitam a comunicação com médicos ou familiares, ela se tornou uma ferramenta de apoio para que o idoso possa permanecer ativo e integrado à sociedade”, retirado do texto, sendo o trecho sublinhado a oração “para que o idoso possa permanecer ativo e integrado à sociedade”, em que a locução conjuntiva “para que” introduz “uma oração subordinada que indica a finalidade da oração principal” (Cunha; Cintra, 2017, p. 601). Assim, a alternativa que responde corretamente à questão é a alternativa D, que afirma que a oração subordinada adverbial sublinhada no trecho é classificada como final, pois indica a finalidade associada ao fato expresso na oração principal – a tecnologia ter se tornado uma ferramenta de apoio aos idosos –, isto é, expressa o propósito de possibilitar que o idoso permaneça ativo e integrado à sociedade.

Referência Bibliográfica:

CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

Conteúdo Programático:

Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.

Comentários Gerais:
A questão lida com orações subordinadas, que são, segundo Cunha e Cintra (2017, p. 608), aquelas que não têm "autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração", podendo ser substantivas, adjetivas ou adverbiais. A questão leva em consideração estas últimas, que são aquelas que "funcionam como ADJUNTO ADVERBIAL de outras orações e vêm, normalmente, introduzidas por uma das CONJUNÇÕES SUBORDINATIVAS" (Cunha; Cintra, 2017, p. 618, grifos dos autores), cuja natureza, em conjunto com a relação de sentido estabelecida entre as orações, permite sua classificação. Segundo Cunha e Contra (2017, p. 600, grifos dos autores) "as conjunções SUBORDINATIVAS classificam-se em CAUSAIS, CONCESSIVAS, CONDICIONAIS, FINAIS, TEMPORAIS, COMPARATIVAS, CONSECUTIVAS e INTEGRANTES", sendo que os sete primeiros tipos "iniciam orações adverbiais", enquanto o último tipo introduz "orações substantivas".
O enunciado solicita que seja identificada a classificação da oração subordinada adverbial sublinhada no período "Desde dispositivos que monitoram sinais vitais em tempo real até plataformas que facilitam a comunicação com médicos ou familiares, ela se tornou uma ferramenta de apoio para que o idoso possa permanecer ativo e integrado à sociedade", retirado do texto. Portanto, o que está em questão é a oração "para que o idoso possa permanecer ativo e integrado à sociedade", em que a locução conjuntiva "para que" introduz "uma oração subordinada que indica a finalidade da oração principal" (Cunha; Cintra, 2017, p. 601).

QUESTÃO: 15 - MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
A alternativa A diz que o uso da vírgula no trecho destacado no enunciado serve para demarcar uma oração subordinada. No entanto, a expressão isolada pelas vírgulas não é uma oração, pois não contém verbo nem estrutura oracional própria. Assim, a alternativa está incorreta.
Alternativa B:
A alternativa B afirma que as vírgulas no trecho destacado no enunciado têm a função de indicar a quem o enunciado se dirige, ou seja, que indicaria um vocativo. No entanto, apesar do nome de Egídio Dorea aparecer no trecho, ele é mencionado na 3ª pessoa e não na 2ª pessoa, o que seria necessário para caracterização de um vocativo, termo empregado para interpelar diretamente um interlocutor. Assim, a alternativa está incorreta.
Alternativa C:
A alternativa C diz que as vírgulas no trecho destacado no enunciado isolam um aposto explicativo. Observa-se, no trecho, que a expressão "médico e coordenador do programa USP 60+..." explica quem é Egídio Dorea, acrescentando informações adicionais sobre esse referente (sua profissão e cargo), funcionando, portanto, como aposto explicativo. Trata-se de uma informação complementar que caracteriza o referente "Egídio Dorea", que é mencionado pelo seu nome próprio, o que já é suficiente para identificá-lo. Assim, a classificação do segmento como aposto decorre da relação sintático-semântica que ele estabelece com o nome "Egídio Dorea" (e não exclusivamente da presença das vírgulas). A vírgula, conforme Bechara (2009, p. 609), é utilizada "nas aposições, exceto no especificativo", uso também destacado por Cunha e Cintra (2017, p. 659), que afirmam que "em particular, a vírgula é usada para isolar o aposto, ou qualquer elemento de valor meramente explicativo". Além disso, observa-se que, por ser uma expressão acessória, que poderia ser removida da frase sem comprometer a identificação do sujeito, o trecho está separado por vírgulas, já que, como afirma Bechara (2009, p. 610), a vírgula pode ser utilizada "para assinalar a interrupção de um seguimento natural de ideias e se intercala um juízo de valor ou uma reflexão subsidiária". Assim, como o trecho entre vírgulas é um trecho acessório que identifica e caracteriza o referente "Egídio Dorea", sem integrar a estrutura essencial da oração, ele está corretamente isolado por vírgulas, estando a alternativa C correta.
Alternativa D:
A alternativa D diz que as vírgulas no trecho destacado servem para separar itens de uma enumeração. Ela está incorreta, pois, embora o trecho isolado pelas vírgulas contenha dois núcleos coordenados ("médico" e "coordenador"), as vírgulas hachuradas não exercem a função de separar esses elementos, mas de isolar todo o segmento explicativo em relação ao nome "Egídio Dorea". Portanto, a pontuação destacada no enunciado não é utilizada para separar itens de uma enumeração.

Referência Bibliográfica:
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
Conteúdo Programático:
Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.
Comentários Gerais:

A questão solicita que se identifique qual é a finalidade do uso das vírgulas hachuradas no trecho “Segundo Egídio Dorea, médico e coordenador do programa USP 60+ da _____ de Cultura e Extensão Universitária da USP, “a tecnologia vem permitindo que muitas pessoas envelheçam com mais independência...” (l. 07-09). É importante observar que a lacuna presente no trecho destacado é preenchida por “Pró-Reitoria”, como apontado na questão 01 da prova. Também se observa que a presença da lacuna não interfere na análise sintática do trecho destacado pelas vírgulas, já que o segmento continuaria exercendo a mesma função sintática independentemente do seu preenchimento, que somente completa a denominação da unidade da USP mencionada no trecho.
A questão, portanto, aborda a pontuação, que, para Bechara (2009, p. 604-605, grifos do autor), “é constituída por uns tantos sinais gráficos”, distribuídos entre separadores e sinais de comunicação ou mensagem, subdivididos, ainda, em “sinais de pausa conclusa (fundamentalmente o ponto, e depois ponto e vírgula, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências, quando em função conclusa) e de pausa inconclusa (fundamentalmente pela vírgula, mas também por dois-pontos, parênteses, travessão, colchetes, quando em função inconclusa, isto é, quando as orações estão articuladas entre si).” A vírgula, segundo o gramático, é empregada em uma variedade de casos (Bechara, 2009, p. 609-610).

MATÉRIA: CONHECIMENTOS GERAIS

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
Romário – Incorreta. Romário participou de apenas duas edições da Copa do Mundo como integrante da Seleção Brasileira: 1990 e 1994.
Alternativa B:
Zico – Incorreta. Zico participou de três edições da Copa do Mundo: 1978, 1982 e 1986.
Alternativa C:
Ronaldo "Fenômeno" – Correta. Ronaldo integrou a delegação brasileira nas Copas do Mundo de 1994, 1998, 2002 e 2006, totalizando quatro edições do torneio, conforme reconhecido na literatura esportiva e nos registros oficiais.
A questão é objetiva e apresenta apenas uma alternativa correta. Além disso, parte da fundamentação do recurso faz referência a conteúdo que não corresponde ao tema abordado na questão, não sendo aplicável ao caso.
Quanto à alegação de que existe diferença entre "estar presente" e "jogar" uma Copa do Mundo, ressalta-se que a expressão "jogou quatro Copas" é amplamente utilizada no meio esportivo para indicar que um atleta participou de quatro edições do torneio, integrando a delegação de sua seleção. Esse é o sentido empregado no enunciado.
Ronaldo "Fenômeno" participou das Copas do Mundo de 1994, 1998, 2002 e 2006, sendo reconhecido, pela imprensa, por entidades esportivas e pela literatura especializada, como um jogador que disputou quatro Copas do Mundo.
As demais alternativas estão incorretas, pois Romário participou de duas edições, enquanto Zico e Rivaldo participaram de três edições da Copa do Mundo.
Dessa forma, a questão não apresenta ambiguidade nem mais de uma resposta possível. O gabarito está correto e deve ser mantido.
Recurso indeferido.
Alternativa D:
Rivaldo – Incorreta. Rivaldo participou de três edições da Copa do Mundo: 1998, 2002 e 2006.
Referência Bibliográfica:
https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2026/05/18/neymar-vai-para-a-quarta-copa-e-iguala-recorde-entre-brasileiros-veja-a-lista.ghtml
Conteúdo Programático:
Esporte.
Comentários Gerais:
Não há qualquer ambiguidade ou possibilidade de dupla interpretação, pois apenas a alternativa C atende ao comando da questão. Assim, o gabarito preliminar deve ser mantido.

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:

Romário – Incorreta. Romário participou de apenas duas edições da Copa do Mundo como integrante da Seleção Brasileira: 1990 e 1994.

Alternativa B:

Zico – Incorreta. Zico participou de três edições da Copa do Mundo: 1978, 1982 e 1986.

Alternativa C:

Ronaldo "Fenômeno" – Correta. Ronaldo integrou a delegação brasileira nas Copas do Mundo de 1994, 1998, 2002 e 2006, totalizando quatro edições do torneio, conforme reconhecido na literatura esportiva e nos registros oficiais.

A questão é objetiva e apresenta apenas uma alternativa correta. Além disso, parte da fundamentação do recurso faz referência a conteúdo que não corresponde ao tema abordado na questão, não sendo aplicável ao caso.

Quanto à alegação de que existe diferença entre "estar presente" e "jogar" uma Copa do Mundo, ressalta-se que a expressão "jogou quatro Copas" é amplamente utilizada no meio esportivo para indicar que um atleta participou de quatro edições do torneio, integrando a delegação de sua seleção. Esse é o sentido empregado no enunciado.

Ronaldo "Fenômeno" participou das Copas do Mundo de 1994, 1998, 2002 e 2006, sendo reconhecido, pela imprensa, por entidades esportivas e pela literatura especializada, como um jogador que disputou quatro Copas do Mundo.

As demais alternativas estão incorretas, pois Romário participou de duas edições, enquanto Zico e Rivaldo participaram de três edições da Copa do Mundo.

Dessa forma, a questão não apresenta ambiguidade nem mais de uma resposta possível. O gabarito está correto e deve ser mantido.

Recurso indeferido.

Alternativa D:

Rivaldo – Incorreta. Rivaldo participou de três edições da Copa do Mundo: 1998, 2002 e 2006.

Referência Bibliográfica:

https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2026/05/18/neymar-vai-para-a-quarta-copa-e-iguala-recorde-entre-brasileiros-veja-a-lista.ghtml

Conteúdo Programático:

Esporte.

Comentários Gerais:

Não há qualquer ambiguidade ou possibilidade de dupla interpretação, pois apenas a alternativa C atende ao comando da questão. Assim, o gabarito preliminar deve ser mantido.

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

QUESTÃO: 14 - MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A:

Austin – Incorreta. Austin não foi escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2028.

Alternativa B:

Dallas – Incorreta. Dallas também não foi designada pelo Comitê Olímpico Internacional para sediar os Jogos Olímpicos de 2028.

Alternativa C:

Nova York – Incorreta. Embora seja uma das cidades mais conhecidas dos Estados Unidos e receba importantes eventos esportivos internacionais, Nova York não foi escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2028.

Alternativa D:
A questão é clara e objetiva ao solicitar a identificação da cidade que sediará os Jogos Olímpicos de Verão de 2028. A informação é um fato oficial, definido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), sendo Los Angeles a cidade escolhida para sediar o evento.
A expressão "uma das cidades mais conhecidas dos Estados Unidos" possui caráter meramente contextual e não constitui elemento determinante para a resolução da questão. Em nenhum momento o enunciado afirma que se trata da cidade "mais conhecida" do país. Assim, não há qualquer ambiguidade capaz de induzir o candidato ao erro, uma vez que a resposta depende do conhecimento do fato objetivo de que Los Angeles sediará os Jogos Olímpicos de 2028, conforme amplamente divulgado pelos órgãos oficiais.
Recurso Indeferido.
Los Angeles – Correta. Los Angeles foi oficialmente escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2028. Será a terceira vez que a cidade receberá os Jogos Olímpicos, após as edições de 1932 e 1984.
Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/04/olimpiadas-2028-em-los-angeles-competicao-tera-novas-modalidades-e-maioria-feminina
Conteúdo Programático:
Esporte.
Comentários Gerais:
A questão apresenta apenas uma alternativa correta, não havendo qualquer vício que justifique sua anulação.

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 19 - MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A:
Austin – Incorreta. Austin não foi escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2028.
Alternativa B:
Dallas – Incorreta. Dallas também não foi designada pelo Comitê Olímpico Internacional para sediar os Jogos Olímpicos de 2028.
Alternativa C:
Nova York – Incorreta. Embora seja uma das cidades mais conhecidas dos Estados Unidos e receba importantes eventos esportivos internacionais, Nova York não foi escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2028.
Alternativa D:
A questão é clara e objetiva ao solicitar a identificação da cidade que sediará os Jogos Olímpicos de Verão de 2028. A informação é um fato oficial, definido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), sendo Los Angeles a cidade escolhida para sediar o evento.
A expressão "uma das cidades mais conhecidas dos Estados Unidos" possui caráter meramente contextual e não constitui elemento determinante para a resolução da questão. Em nenhum momento o enunciado afirma que se trata da cidade "mais conhecida" do país. Assim, não há qualquer ambiguidade capaz de induzir o candidato ao erro, uma vez que a resposta depende do conhecimento do fato objetivo de que Los Angeles sediará os Jogos Olímpicos de 2028, conforme amplamente divulgado pelos órgãos oficiais.
Recurso Indeferido.
Los Angeles – Correta. Los Angeles foi oficialmente escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2028. Será a terceira vez que a cidade receberá os Jogos Olímpicos, após as edições de 1932 e 1984.
Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/04/olimpiadas-2028-em-los-angeles-competicao-tera-novas-modalidades-e-maioria-feminina
Conteúdo Programático:
Esporte.
Comentários Gerais:
A questão apresenta apenas uma alternativa correta, não havendo qualquer vício que justifique sua anulação.

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

QUESTÃO: 15 - MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:

Lei Rouanet – Incorreta. A Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e utiliza, principalmente, o mecanismo de incentivo fiscal. Não corresponde à Lei Complementar nº 195/2022.

Alternativa B:

Lei de Incentivo Cultural – Incorreta. Trata-se de denominação genérica utilizada para diferentes mecanismos de incentivo à cultura, não sendo o nome oficial da Lei Complementar nº 195/2022.

Alternativa C:

A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo previsto no edital, que contempla, entre outros temas, cultura e tópicos atuais, nacionais e estaduais. A Lei Complementar nº 195/2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo, constitui um dos principais marcos recentes da política cultural brasileira, tendo ampla repercussão nacional e sendo amplamente divulgada pelos órgãos oficiais. Dessa forma, sua cobrança está plenamente inserida no conteúdo programático previsto no edital, não se tratando de legislação específica desvinculada da matéria exigida.

Também não procede a alegação de erro material quanto ao marco temporal adotado no enunciado. A questão apenas contextualiza que, em 2026, estados e municípios executaram ações de fomento ao setor cultural, solicitando que o candidato identificasse o nome da lei responsável por instituir essa política pública. Em nenhum momento o enunciado afirma que a Lei Complementar nº 195/2022 foi criada em 2026 ou que novos repasses foram instituídos naquele ano.

Além disso, a Lei Paulo Gustavo permaneceu produzindo efeitos administrativos mesmo após sua promulgação, uma vez que a execução dos recursos compreende diversas etapas, como análise de projetos, pagamentos, prestações de contas e conclusão das ações culturais. Assim, a referência temporal utilizada no enunciado possui caráter meramente contextual e não altera o fato objetivo exigido do candidato: identificar corretamente a Lei Complementar nº 195/2022 como Lei Paulo Gustavo.

Recurso indeferido.

Lei Paulo Gustavo – Correta. A Lei Complementar nº 195, de 2022, é oficialmente denominada Lei Paulo Gustavo, criada para apoiar e fomentar o setor cultural brasileiro, especialmente em razão dos impactos provocados pela pandemia de COVID-19.

Alternativa D:

Estatuto da Cultura – Incorreta. Não corresponde ao nome da Lei Complementar nº 195/2022 e não identifica a norma mencionada no enunciado.

Referência Bibliográfica:

https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/apresentacao-da-lei

Conteúdo Programático:

Cultura.

Comentários Gerais:

A questão apresenta redação clara, está de acordo com o conteúdo programático do edital e possui apenas uma alternativa correta, inexistindo qualquer vício que justifique sua anulação.

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:

Lei Rouanet – Incorreta. A Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e utiliza, principalmente, o mecanismo de incentivo fiscal. Não corresponde à Lei Complementar nº 195/2022.

Alternativa B:
Lei de Incentivo Cultural – Incorreta. Trata-se de denominação genérica utilizada para diferentes mecanismos de incentivo à cultura, não sendo o nome oficial da Lei Complementar nº 195/2022.
Alternativa C:
A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo previsto no edital, que contempla, entre outros temas, cultura e tópicos atuais, nacionais e estaduais. A Lei Complementar nº 195/2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo, constitui um dos principais marcos recentes da política cultural brasileira, tendo ampla repercussão nacional e sendo amplamente divulgada pelos órgãos oficiais. Dessa forma, sua cobrança está plenamente inserida no conteúdo programático previsto no edital, não se tratando de legislação específica desvinculada da matéria exigida.
Também não procede a alegação de erro material quanto ao marco temporal adotado no enunciado. A questão apenas contextualiza que, em 2026, estados e municípios executaram ações de fomento ao setor cultural, solicitando que o candidato identificasse o nome da lei responsável por instituir essa política pública. Em nenhum momento o enunciado afirma que a Lei Complementar nº 195/2022 foi criada em 2026 ou que novos repasses foram instituídos naquele ano.
Além disso, a Lei Paulo Gustavo permaneceu produzindo efeitos administrativos mesmo após sua promulgação, uma vez que a execução dos recursos compreende diversas etapas, como análise de projetos, pagamentos, prestações de contas e conclusão das ações culturais. Assim, a referência temporal utilizada no enunciado possui caráter meramente contextual e não altera o fato objetivo exigido do candidato: identificar corretamente a Lei Complementar nº 195/2022 como Lei Paulo Gustavo.
Recurso indeferido.
Lei Paulo Gustavo – Correta. A Lei Complementar nº 195, de 2022, é oficialmente denominada Lei Paulo Gustavo, criada para apoiar e fomentar o setor cultural brasileiro, especialmente em razão dos impactos provocados pela pandemia de COVID-19.
Alternativa D:
Estatuto da Cultura – Incorreta. Não corresponde ao nome da Lei Complementar nº 195/2022 e não identifica a norma mencionada no enunciado.

Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/apresentacao-da-lei
Conteúdo Programático:
Cultura.
Comentários Gerais:
A questão apresenta redação clara, está de acordo com o conteúdo programático do edital e possui apenas uma alternativa correta, inexistindo qualquer vício que justifique sua anulação.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 17 - MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
É reprodução literal do inciso VI do Art. 103 da Lei Orgânica: "programas especiais para divertimento e recreação de pessoas idosas". Correspondência exata, sem acréscimos ou alterações.
Alternativa B:
O inciso IV prevê práticas excursionistas "dentro do território municipal". A alternativa acrescenta "e fora do território municipal" — elemento inexistente na lei que altera o conteúdo normativo. Em prova objetiva, alternativa que inclui palavra não prevista no texto legal está incorreta.
Alternativa C:
Não há nenhum inciso no Art. 103 que preveja cobrança de ingresso para manutenção de praças e parques. O Art. 99 da própria LOM até proíbe venda ou concessão de uso de frações de praças e parques públicos, tornando a alternativa ainda mais inconsistente.
Alternativa D:
O inciso II prevê "construção e equipamento de parques infantis, centros de juventude e edifício de convivência comunitária". A alternativa substitui "edifício de convivência comunitária" por "ginásios esportivos

profissionais" — expressão que não consta na lei e cujo caráter profissional afasta-se do escopo de recreação comunitária do artigo.

Referência Bibliográfica:

https://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=IiPguzuGBtw%3detabid=3683emid=5358

Conteúdo Programático:

Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'A'.

Alternativa A:

É reprodução literal do inciso VI do Art. 103 da Lei Orgânica: "programas especiais para divertimento e recreação de pessoas idosas". Correspondência exata, sem acréscimos ou alterações.

Alternativa B:

O inciso IV prevê práticas excursionistas "dentro do território municipal". A alternativa acrescenta "e fora do território municipal" — elemento inexistente na lei que altera o conteúdo normativo. Em prova objetiva, alternativa que inclui palavra não prevista no texto legal está incorreta.

Alternativa C:

Não há nenhum inciso no Art. 103 que preveja cobrança de ingresso para manutenção de praças e parques. O Art. 99 da própria LOM até proíbe venda ou concessão de uso de frações de praças e parques públicos, tornando a alternativa ainda mais inconsistente.

Alternativa D:

O inciso II prevê "construção e equipamento de parques infantis, centros de juventude e edifício de convivência comunitária". A alternativa substitui "edifício de convivência comunitária" por "ginásios esportivos profissionais" — expressão que não consta na lei e cujo caráter profissional afasta-se do escopo de recreação comunitária do artigo.

Referência Bibliográfica:

https://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=IiPguzuGBtw%3detabid=3683emid=5358

Conteúdo Programático:

Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:

O Art. 75 do Estatuto expressamente prevê acréscimo remuneratório de 20%, portanto o serviço noturno gera acréscimo.

Alternativa B:

O §2º do Art. 75 prevê expressamente os horários mistos, garantindo o adicional proporcional às horas noturnas trabalhadas, mesmo que parte da jornada seja diurna.

Alternativa C:

A alternativa correta é a letra C, com fundamento no Art. 75 da Lei Municipal nº 986/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Estrela Velha/RS), cuja redação é expressa: "Art. 75. O serviço noturno prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento) sobre o valor-hora diurno." A alternativa C — "O valor-hora noturno deve ser acrescido de 20% sobre o valor-hora diurno" — é reprodução literal do dispositivo legal, não deixando margem para outra interpretação.

Alternativa D:

O percentual legal é 20% (caput do Art. 75), não 50%. Além disso, o §2º demonstra que o horário importa (cálculo proporcional nos horários mistos), afastando a expressão "independentemente do horário".

Referência Bibliográfica:
https://estrelavelha.rs.gov.br/portal/wp-content/uploads/2018/11/Lei986-2011RJU.pdf
Conteúdo Programático:
Regime Jurídico do Município (Lei Municipal nº 986/2011 e atualizações).

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
O Art. 75 do Estatuto expressamente prevê acréscimo remuneratório de 20%, portanto o serviço noturno gera acréscimo.
Alternativa B:
O §2º do Art. 75 prevê expressamente os horários mistos, garantindo o adicional proporcional às horas noturnas trabalhadas, mesmo que parte da jornada seja diurna.
Alternativa C:
A alternativa correta é a letra C, com fundamento no Art. 75 da Lei Municipal nº 986/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Estrela Velha/RS), cuja redação é expressa: "Art. 75. O serviço noturno prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento) sobre o valor-hora diurno." A alternativa C — "O valor-hora noturno deve ser acrescido de 20% sobre o valor-hora diurno" — é reprodução literal do dispositivo legal, não deixando margem para outra interpretação.
Alternativa D:
O percentual legal é 20% (caput do Art. 75), não 50%. Além disso, o §2º demonstra que o horário importa (cálculo proporcional nos horários mistos), afastando a expressão "independentemente do horário".
Referência Bibliográfica:
https://estrelavelha.rs.gov.br/portal/wp-content/uploads/2018/11/Lei986-2011RJU.pdf
Conteúdo Programático:
Regime Jurídico do Município (Lei Municipal nº 986/2011 e atualizações).

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 19 - MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
A lei não prevê parcelamento do pagamento em duas prestações.
Alternativa B:
O enunciado não contém vício material: a expressão "poderá" refere-se à faculdade do servidor de solicitar o pagamento antecipado, e não à obrigação do pagamento. Uma vez solicitado, o pagamento será feito até o dia do início do gozo, conforme §3º do Art. 89. A alternativa B é reprodução literal do dispositivo legal, e não há ambiguidade que justifique anulação.
Alternativa C:
A lei estabelece pagamento antes do início do gozo, e não após o retorno.
Alternativa D:
A lei não condiciona o pagamento a autorização da chefia — basta a solicitação do servidor.
Referência Bibliográfica:
https://estrelavelha.rs.gov.br/portal/wp-content/uploads/2018/11/Lei986-2011RJU.pdf
Conteúdo Programático:
Regime Jurídico do Município (Lei Municipal nº 986/2011 e atualizações).

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 24 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:
A lei não prevê parcelamento do pagamento em duas prestações.

Alternativa B:
O enunciado não contém vício material: a expressão "poderá" refere-se à faculdade do servidor de solicitar o pagamento antecipado, e não à obrigação do pagamento. Uma vez solicitado, o pagamento será feito até o dia do início do gozo, conforme §3º do Art. 89. A alternativa B é reprodução literal do dispositivo legal, e não há ambiguidade que justifique anulação.

Alternativa C:
A lei estabelece pagamento antes do início do gozo, e não após o retorno.

Alternativa D:
A lei não condiciona o pagamento a autorização da chefia — basta a solicitação do servidor.

Referência Bibliográfica:
https://estrelavelha.rs.gov.br/portal/wp-content/uploads/2018/11/Lei986-2011RJU.pdf

Conteúdo Programático:
Regime Jurídico do Município (Lei Municipal nº 986/2011 e atualizações).

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A:
O Art. 168 não menciona Secretário da Fazenda.

Alternativa B:
O Art. 168 não menciona Chefe de Gabinete.

Alternativa C:
O Art. 168 não menciona Prefeito Municipal.

Alternativa D:
O inciso IV do Art. 168 do Código de Posturas prevê expressamente a "assinatura do notificante" como elemento da Notificação Preliminar. A alternativa D é reprodução literal do dispositivo.

Referência Bibliográfica:
https://leis.org/municipais/rs/estrela-velha/lei/lei-ordinaria/2010/935/lei-ordinaria-n-935-2010-de-posturas-do-municipio-de-estrela-velha-e-da-outras-providencias

Conteúdo Programático:
Código de Posturas Municipal (Lei Municipal nº 935/2010).

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 25 - MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A:
O Art. 168 não menciona Secretário da Fazenda.

Alternativa B:
O Art. 168 não menciona Chefe de Gabinete.

Alternativa C:
O Art. 168 não menciona Prefeito Municipal.
Alternativa D:
O inciso IV do Art. 168 do Código de Posturas prevê expressamente a "assinatura do notificante" como elemento da Notificação Preliminar. A alternativa D é reprodução literal do dispositivo.
Referência Bibliográfica:
https://leis.org/municipais/rs/estrela-velha/lei/lei-ordinaria/2010/935/lei-ordinaria-n-935-2010-de-posturas-do-municipio-de-estrela-velha-e-da-outras-providencias
Conteúdo Programático:
Código de Posturas Municipal (Lei Municipal nº 935/2010).

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 21 - MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
O prazo é de 5 dias úteis, não 2. Além disso, a contação é da intimação, não da lavratura.
Alternativa B:
O prazo é de 5 dias úteis, não 2 dias corridos.
Alternativa C:
A questão deve ser mantida, com gabarito na alternativa C.
O Art. 175 do Código de Posturas estabelece de forma expressa e clara o prazo de 5 dias úteis para defesa, contados da intimação da lavratura do Auto de Infração. A alternativa C é reprodução literal do dispositivo. O Art. 176 trata da consequência processual (imposição de multa) caso a defesa seja improcedente ou não apresentada — não altera o prazo para defesa nem torna a alternativa C "incompleta". A questão possui resposta única e objetiva.
Alternativa D:
O prazo é de 5 dias úteis, não 10.

Referência Bibliográfica:
https://leis.org/municipais/rs/estrela-velha/lei/lei-ordinaria/2010/935/lei-ordinaria-n-935-2010-de-posturas-do-municipio-de-estrela-velha-e-da-outras-providencias
Conteúdo Programático:
Código de Posturas Municipal (Lei Municipal nº 935/2010).

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 26 - MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
O prazo é de 5 dias úteis, não 2. Além disso, a contação é da intimação, não da lavratura.
Alternativa B:
O prazo é de 5 dias úteis, não 2 dias corridos.
Alternativa C:
A questão deve ser mantida, com gabarito na alternativa C. O Art. 175 do Código de Posturas estabelece de forma expressa e clara o prazo de 5 dias úteis para defesa, contados da intimação da lavratura do Auto de Infração. A alternativa C é reprodução literal do dispositivo. O Art. 176 trata da consequência processual (imposição de multa) caso a defesa seja improcedente ou não apresentada — não altera o prazo para defesa nem torna a alternativa C "incompleta". A questão possui resposta única e objetiva.
Alternativa D:
O prazo é de 5 dias úteis, não 10.
Referência Bibliográfica:
https://leis.org/municipais/rs/estrela-velha/lei/lei-ordinaria/2010/935/lei-ordinaria-n-935-2010-de-posturas-do-municipio-de-estrela-velha-e-da-outras-providencias

Conteúdo Programático:
Código de Posturas Municipal (Lei Municipal nº 935/2010).

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
Não há previsão de "conselheiro independente indicado pelo chefe do Executivo" no Art. 25 da CE/RS.
Alternativa B:
A alternativa B é reprodução literal do Art. 25 da CE/RS. As demais alternativas não encontram amparo no dispositivo. Não há erro no enunciado, nem no gabarito. A questão deve ser mantida.
Alternativa C:
Não há menção a representante de acionistas minoritários no dispositivo.
Alternativa D:
A eleição é direta pelos empregados, e não por lista tríplice enviada pelo sindicato (o §2º trata de delegado sindical, que é figura distinta do representante dos empregados do caput).

Referência Bibliográfica:
https://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=IiPguzuGBtw%3detabid=3683emid=5358
Conteúdo Programático:
Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
Não há previsão de "conselheiro independente indicado pelo chefe do Executivo" no Art. 25 da CE/RS.
Alternativa B:
A alternativa B é reprodução literal do Art. 25 da CE/RS. As demais alternativas não encontram amparo no dispositivo. Não há erro no enunciado, nem no gabarito. A questão deve ser mantida.
Alternativa C:
Não há menção a representante de acionistas minoritários no dispositivo.
Alternativa D:
A eleição é direta pelos empregados, e não por lista tríplice enviada pelo sindicato (o §2º trata de delegado sindical, que é figura distinta do representante dos empregados do caput).

Referência Bibliográfica:
https://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=IiPguzuGBtw%3detabid=3683emid=5358
Conteúdo Programático:
Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
O Art. 34 prevê custeio de curso no exterior quando há correlação entre o conteúdo programático e as atribuições do cargo. Ricardo atua com IA e o curso é de IA e governança pública — a correlação está configurada. Reprodução fiel do dispositivo.

Alternativa B:
O Art. 34 expressamente prevê cursos "no exterior". Dizer que a Constituição Estadual não prevê esse tipo de custeio é contradição direta ao texto legal.
Alternativa C:
Art. 34 exige correlação com o cargo como condição para o custeio. A indicação formal do Secretário não dispensa esse requisito constitucional.
Alternativa D:
O Art. 34 não menciona competência da Assembleia Legislativa por decreto legislativo. Não há na Constituição Estadual tal exigência para autorizar cursos no exterior.
Referência Bibliográfica:
https://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=IiPguzuGBtw%3detabid=3683emid=5358
Conteúdo Programático:
Art. 34. Os servidores estaduais somente serão indicados para participar em cursos de especialização ou capacitação técnica profissional no Estado, no País ou no exterior, com custos para o Poder Público, quando houver correlação entre o conteúdo programático de tais cursos e as atribuições do cargo ou função exercidos.

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
O Art. 34 prevê custeio de curso no exterior quando há correlação entre o conteúdo programático e as atribuições do cargo. Ricardo atua com IA e o curso é de IA e governança pública — a correlação está configurada. Reprodução fiel do dispositivo.
Alternativa B:
O Art. 34 expressamente prevê cursos "no exterior". Dizer que a Constituição Estadual não prevê esse tipo de custeio é contradição direta ao texto legal.
Alternativa C:
Art. 34 exige correlação com o cargo como condição para o custeio. A indicação formal do Secretário não dispensa esse requisito constitucional.
Alternativa D:
O Art. 34 não menciona competência da Assembleia Legislativa por decreto legislativo. Não há na Constituição Estadual tal exigência para autorizar cursos no exterior.
Referência Bibliográfica:
https://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=IiPguzuGBtw%3detabid=3683emid=5358
Conteúdo Programático:
Art. 34. Os servidores estaduais somente serão indicados para participar em cursos de especialização ou capacitação técnica profissional no Estado, no País ou no exterior, com custos para o Poder Público, quando houver correlação entre o conteúdo programático de tais cursos e as atribuições do cargo ou função exercidos.

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 25 - MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
O Art. 90, II, da CF/88 prevê expressamente como competência do Conselho da República pronunciar-se sobre "as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas". A alternativa A é reprodução literal do dispositivo. A utilização do termo "manifestação" no enunciado é semanticamente equivalente a "pronunciar-se", não configurando imprecisão técnica capaz de induzir o candidato a erro. A natureza consultiva do órgão (Art. 89) é compatível — e não contraditória — com sua competência para manifestar-se (Art. 90).

Alternativa B:
A criação de novos Estados-membros é disciplinada no Art. 18, §3º da CF/88 (mediante aprovação da população mediante plebiscito e lei complementar), não no Art. 90. Não é competência do Conselho da República.
Alternativa C:
Política tributária não consta em nenhum inciso do Art. 90.
Alternativa D:
Reforma do Poder Judiciário não consta em nenhum inciso do Art. 90.
Referência Bibliográfica:
Constituição
Conteúdo Programático:
Constituição Federal de 1988:

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
O Art. 90, II, da CF/88 prevê expressamente como competência do Conselho da República pronunciar-se sobre "as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas". A alternativa A é reprodução literal do dispositivo. A utilização do termo "manifestação" no enunciado é semanticamente equivalente a "pronunciar-se", não configurando imprecisão técnica capaz de induzir o candidato a erro. A natureza consultiva do órgão (Art. 89) é compatível — e não contraditória — com sua competência para manifestar-se (Art. 90).
Alternativa B:
A criação de novos Estados-membros é disciplinada no Art. 18, §3º da CF/88 (mediante aprovação da população mediante plebiscito e lei complementar), não no Art. 90. Não é competência do Conselho da República.
Alternativa C:
Política tributária não consta em nenhum inciso do Art. 90.
Alternativa D:
Reforma do Poder Judiciário não consta em nenhum inciso do Art. 90.
Referência Bibliográfica:
Constituição
Conteúdo Programático:
Constituição Federal de 1988:

MATÉRIA: MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'D'.
(F) Existem infinitos números inteiros entre os números 4 e 9 - existem 4 números inteiros entre os números 4 e 9, são eles : 5, 6, 7, e 8
(F) Há 3 números racionais entre os números 3 e 5. - existem infinitos números racionais entre os números 3 e 5 , como por exemplo: 3, 1 ; 3, 11 ; 3, 111 ...
(V) Todo número inteiro negativo é menor do que 2. correto.
(F) Há 4 números naturais entre os números 5 e 9. há 3 números naturais entre os números 5 e 9 , são eles: 6 e 8
Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy , CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.

FTD Sistema de Ensino : ensino fundamental : anos finais e ensino médio – 2. ed. – São Paulo : FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003

Conteúdo Programático:

Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'D'.

(F) Existem infinitos números inteiros entre os números 4 e 9 - existem 4 números inteiros entre os números 4 e 9, são eles : 5, 6, 7, e 8
(F) Há 3 números racionais entre os números 3 e 5. - existem infinitos números racionais entre os números 3 e 5 , como por exemplo: 3, 1 ; 3, 11 ; 3, 111 ...
(V) Todo número inteiro negativo é menor do que 2. correto.
(F) Há 4 números naturais entre os números 5 e 9. há 3 números naturais entre os números 5 e 9 , são eles: 6 e 8

Referência Bibliográfica:

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy , CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino : ensino fundamental : anos finais e ensino médio –
2. ed. – São Paulo : FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003

Conteúdo Programático:

Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'B'.

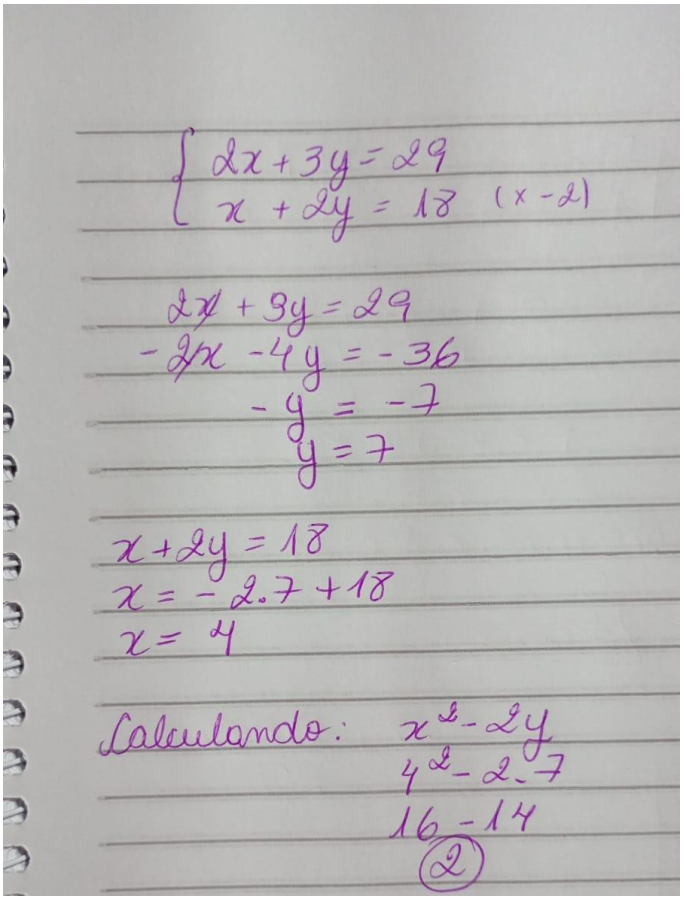
A questão será mantida
Segue sua resolução em anexo.

Referência Bibliográfica:

BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003

Conteúdo Programático:

Sistema de equação de 1° grau
Legenda: recurso

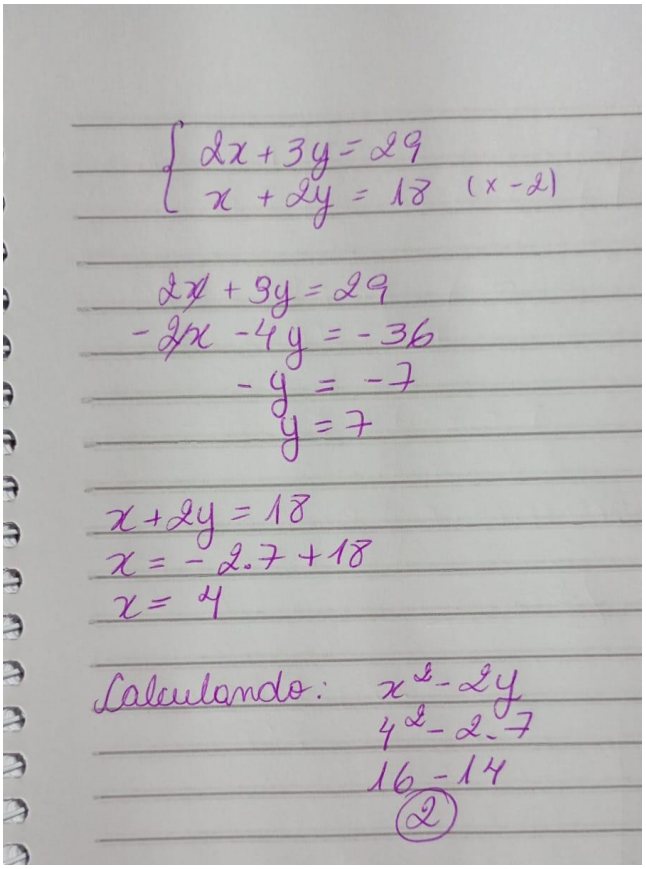


CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'B'.
A questão será mantida
Segue sua resolução em anexo.

Referência Bibliográfica:
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003

Conteúdo Programático:
Sistema de equação de 1° grau
Legenda: recurso



CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'A'.
A questão será mantida, segue sua resolução
A = 5^2 – 6^0 = 25 – 1 = 24
B = raiz quadrada de 144 – 3.24 = 12 – 72 = - 60
C = 10: 2 = 5
A + B + C
24 – 60 + 5 = - 31

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy , CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino : ensino fundamental : anos finais e ensino médio –
2. ed. – São Paulo : FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003

Conteúdo Programático:
Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), propriedades das operações

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 34 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão será mantida, segue sua resolução

A = 5^2 – 6^0 = 25 – 1 = 24

B = raiz quadrada de 144 – 3.24 = 12 – 72 = - 60

C = 10: 2 = 5

A + B + C

24 – 60 + 5 = - 31

Referência Bibliográfica:

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy , CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.

FTD Sistema de Ensino : ensino fundamental : anos finais e ensino médio –
2. ed. – São Paulo : FTD, 2024.

IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.

BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003

Conteúdo Programático:

Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), propriedades das operações

CARGO(S): TÉCNICO AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão será mantida.

Em seu enunciado a questão deixa claro que está questionando sobre a área do círculo: "Qual é a área total, em centímetros quadrados, dos curativos (PLURAL) que devem ser recortados por Lívia?"

A = PI.r^2 = 3,1. 9 = 27, 9 cm2

Como são 5 curativos: 27, 9 . 5 = 139, 5 cm2

A questão é de simples aplicação de fórmula e evidencia que a área que deve ser considerada é a área total dos (plural) curativos.

Referência Bibliográfica:

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy , CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.

FTD Sistema de Ensino : ensino fundamental : anos finais e ensino médio –
2. ed. – São Paulo : FTD, 2024.

IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.

BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003

Conteúdo Programático:

Circunferência e círculo: área do círculo

CARGO(S): AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 5 - ESF 1, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICROÁREA 4 - ESF 2, ATENDENTE DE FARMÁCIA, AUXILIAR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF, FISCAL AMBIENTAL DE OBRAS E POSTURAS, OFICIAL DO SETOR PESSOAL, TESOUREIRO

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão será mantida.

Em seu enunciado a questão deixa claro que está questionando sobre a área do círculo: "Qual é a área total, em centímetros quadrados, dos curativos (PLURAL) que devem ser recortados por Lívia?"
A = PI.r^2 = 3,1. 9 = 27, 9 cm2
Como são 5 curativos: 27, 9 . 5 = 139, 5 cm2
A questão é de simples aplicação de fórmula e evidencia que a área que deve ser considerada é a área total dos (plural) curativos.

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy , CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino : ensino fundamental : anos finais e ensino médio –
2. ed. – São Paulo : FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003
Conteúdo Programático:
Circunferência e círculo: área do círculo

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'D'.
A questão será mantida. O enunciado da questão traz claramente os dias em que Valéria visitou as casas (segunda-feira à sexta-feira) e esses que devem ser considerados como mostrado na tabela.
Média : (14 + 10 + x + 2x + 7) : 5
11. 5 = 31 + 3x
55 – 31 = 3x
24 = 3x
X = 8
Quinta-feira : 2x = 2.8 = 16 casas

Referência Bibliográfica:
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003
Conteúdo Programático:
Estatística: cálculo de média aritmética simples

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'B'.
A questão será mantida, ela trata de conceitos simples encontrados em livros de lógica.
Uma proposição é uma frase que pode ser classificada como falsa ou verdadeira. Segundo Alex Lira p. 32 " Proposição lógica é uma frase declativa que transmite pensamo de sentido completo e exprime julgamentos a respeito de determinadas informações, que serão analisadas quanto a sua veracidade", ou seja, podem ser classificadas como verdadeiras ou falsas.
Sentenças exclamativas e interrogativas não são proposições.
A letra d apresenta uma proposição composta, visto que há nela duas informações.

Referência Bibliográfica:
LIRA, Alex. Raciocínio Lógico Definitivo para concursos/ Alex Lira e Alexandre Meirelles – 3 ed. ver. E atual – São Paulo: Editora Juspodivm, 2025.
BISPO, Carlos Alberto Ferreira, CASTANHEIRA, Luiz Batista. Introdução à lógica matemática. – São Paulo: cengage learning, 2018
BATISTA, Kairton e MENDES, Sérgio. Matemática e raciocínio lógico. Ed. Nova concursos.
Conteúdo Programático:
proposição simples e compostas

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'A'.
A questão será mantida, ela segue modelo de questões clássicas abordadas em livros didáticos e concursos.
A questão deixa claro que 30% gostam apenas de morango, logo não entra na intersecção, e os 50% são a intersecção.
Gostam apenas de laranja: 100 – 30 – 50 = 20%
20% de 20 alunos : 100 = 4 alunos

Referência Bibliográfica:
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003
LIRA, Alex. Raciocínio Lógico Definitivo para concursos/ Alex Lira e Alexandre Meirelles – 3 ed. ver. E atual – São Paulo: Editora Juspodivm, 2025.
BISPO, Carlos Alberto Ferreira, CASTANHEIRA, Luiz Batista. Introdução à lógica matemática. – São Paulo: cengage learning, 2018
BATISTA, Kairton e MENDES, Sérgio. Matemática e raciocínio lógico. Ed. Nova concursos.
Conteúdo Programático:
Porcentagem e diagramas lógicos

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO/ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

CARGO(S): PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

QUESTÃO: 21 - MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
Embora a alternativa reconheça que o currículo envolve conhecimentos, experiências educacionais e referências culturais, científicas e pedagógicas, sua definição permanece centrada na ideia de seleção e organização desses elementos para orientar a formação dos estudantes. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica adotam uma concepção mais ampla, segundo a qual o currículo constitui um conjunto de práticas sociais produtoras de significados, responsável pela produção, circulação e consumo de sentidos no espaço social e pela construção de identidades sociais e culturais. Assim, a alternativa apresenta apenas parte dessa compreensão, sem contemplar o núcleo conceitual previsto no documento.
Alternativa B:
A alternativa reproduz fielmente a concepção de currículo adotada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, fundamentada em Moreira e Candau (2006). O currículo é compreendido como um conjunto de práticas que promove a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social, contribuindo para a construção das identidades sociais e culturais dos estudantes. Essa perspectiva supera a visão do currículo como simples organização de conteúdos ou experiências escolares, reconhecendo sua natureza cultural, política e formativa.
Alternativa C:
A alternativa aproxima-se da concepção contemporânea de currículo ao reconhecer que ele envolve experiências escolares, conhecimentos sistematizados, valores e participação cidadã. Contudo, restringe o currículo às experiências organizadas institucionalmente pela escola. As Diretrizes atribuem ao currículo alcance mais amplo, compreendendo-o como prática social e cultural que extrapola o espaço institucional, produz significados e participa da constituição das identidades dos sujeitos. Assim, embora tecnicamente plausível, a alternativa não corresponde à definição adotada pelo documento normativo.
Alternativa D:
A alternativa descreve corretamente uma função importante do currículo ao associá-lo à organização pedagógica e às escolhas coletivas sobre conhecimentos e práticas educativas. Entretanto, reduz sua natureza à dimensão organizacional e instrumental. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, o currículo é concebido como um processo cultural e político, permeado por relações sociais, produção de significados e construção de identidades, características que não estão contempladas na alternativa. Por essa razão, ela não corresponde integralmente ao conceito exigido pela questão.

Referência Bibliográfica:
https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/01/diretrizes-curiculares-nacionais-2013.pdf
Conteúdo Programático:
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
Comentários Gerais:
As demais alternativas foram construídas com base em concepções amplamente discutidas na literatura curricular, razão pela qual apresentam elevada plausibilidade, porém deixam de contemplar aspectos essenciais da definição adotada pelas Diretrizes, motivo pelo qual não podem ser consideradas corretas. Não

há duplicidade de gabarito nem imprecisão conceitual capaz de comprometer a objetividade da questão. Dessa forma, mantém-se o gabarito originalmente divulgado.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:
A higienização das mãos é uma das principais medidas para prevenção das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS). Deve ser realizada antes e após a inserção do cateter e sempre que houver manipulação do dispositivo, conforme as recomendações da Anvisa.

Alternativa B:
A alternativa está incorreta porque, conforme o caderno Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde, as coberturas dos cateteres venosos periféricos não devem ser trocadas em intervalos pré-estabelecidos apenas por rotina. A troca deve ocorrer quando a cobertura estiver úmida, solta, suja, comprometida ou quando for necessária a inspeção do sítio de inserção.

Alternativa C:
A escolha adequada do cateter reduz o número de punções, o risco de complicações, como flebite e infiltração, e contribui para maior segurança do paciente. O dispositivo deve ser selecionado considerando as características da terapia intravenosa e da rede venosa do paciente.

Alternativa D:
Essa é uma recomendação do caderno de Medidas de Prevenção de IRAS da Anvisa. Caso não seja obtido sucesso após duas tentativas por um profissional, outro profissional mais experiente deve assumir o procedimento, evitando múltiplas punções e reduzindo o risco de complicações e infecções.

Referência Bibliográfica:
Caderno 4 - Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Disponível em https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-4-medidas-de-prevencao-de-infeccao-relacionada-a-assistencia-a-saude.pdf/view

Conteúdo Programático:
Cuidados e procedimentos gerais desenvolvidos pelo técnico de enfermagem.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): CONTADOR, ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO, NUTRICIONISTA, OFICIAL DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, PROFESSOR ANOS INICIAIS, PROFESSOR CIÊNCIAS, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR ED. FÍSICA, PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR GEOGRAFIA, PSICÓLOGO

QUESTÃO: 2 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:
A alternativa A diz que o texto é um artigo de opinião, com predominância da argumentação, pois o autor busca convencer o leitor de que ser solteiro é melhor do que estar em um relacionamento amoroso. Ela está incorreta pois o texto apresenta conclusões de uma pesquisa, não havendo, nele, sequências contrastivas explícitas nem a intenção de desenvolver uma tese pessoal do autor e de persuadir o leitor de uma dada opinião.

Alternativa B:
A alternativa B diz que a tipologia do texto pode ser definida como expositiva, pois o autor tem como objetivo informar e explicar resultados de uma pesquisa por meio de uma reportagem de divulgação científica. Ela está correta, pois o texto é uma reportagem que divulga uma pesquisa científica, expondo informações e explicando resultados de uma investigação científica, caracterizando o predomínio da tipologia expositiva. Embora contenha sequências descritivas e trechos de discurso citado, esses recursos desempenham função acessória em relação à exposição das informações.
Alternativa C:
A alternativa C está incorreta pois diz que o texto se caracteriza como uma resenha de tipologia descritiva, pois caracteriza os participantes, as diferentes formas de relacionamento analisadas e os resultados da pesquisa. No entanto, não se observa que haja uma avaliação crítica de uma obra e, embora as sequências descritivas estejam presentes no texto, não se trata da tipologia predominante do texto, visto que as sequências descritivas não são tão presentes quanto as sequências expositivas.
Alternativa D:
Por fim, a alternativa D está incorreta pois diz que é do tipo narrativo e pertence ao gênero crônica, pois relata acontecimentos e experiências relacionados à vida afetiva dos participantes da pesquisa ao longo do tempo. No entanto, nota-se que, apesar de apesar de mencionar acontecimentos observados ao longo do estudo, o texto não narra uma história nem se enquadra no gênero crônica, visto que sua finalidade é informar sobre uma pesquisa científica, divulgando e explicando seus resultados.

Referência Bibliográfica:
MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
Conteúdo Programático:
Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi.
Comentários Gerais:
A questão pede que se analisem as características de gênero e tipo textual presentes no texto, assinalando a alternativa está correta.
Segundo Marcuschi (2002, n. p.), os gêneros textuais “são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos”, constituindo “textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas”. Ainda segundo o autor, a produção de cada gênero textual implica uma adequação lógica com relação a “natureza da informação ou do conteúdo veiculado; nível de linguagem (formal, informal, dialetal, culta etc.); tipo de situação em que o gênero se situa (pública, privada, corriqueira, solene etc.); relação entre os participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação etc.); natureza dos objetivos das atividades desenvolvidas” (Marcuschi, 2002, n. p). Os gêneros incluem, mas não se limitam a telefonema, carta, romance, reportagem, receita, cardápio, resenha, edital de concurso, etc.
Já os tipos, ainda segundo o autor, têm, entre suas características, “o fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes. Por isso, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto”, ou seja, a expressão “tipo textual” designa “uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)”, compreendendo narração, argumentação, exposição, descrição e injunção (Marcuschi, 2002, n. p). Para Marcuschi (2002, n. p.), “um elemento central na organização de textos narrativos é a sequência temporal. Já no caso de textos descritivos predominam as sequências de localização. Os textos expositivos apresentam o predomínio de sequências analíticas ou então explicitamente explicativas. Os textos argumentativos se dão pelo predomínio de sequências contrastivas explícitas. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de sequências imperativas.” Nesse sentido, é importante destacar que um mesmo gênero textual pode apresentar diferentes sequências tipológicas. Entretanto, sua classificação decorre da predominância de determinada sequência, não da exclusividade de um único tipo textual.

QUESTÃO: 8 - MANTIDA alternativa 'D'.
A questão pede que sejam analisados três assertivas que discorrem sobre relações de subordinação, verificando quais estão corretas.
A primeira assertiva diz que o “que” em “Nossos resultados indicam claramente que não se trata apenas de estar em um relacionamento” (l. 08-09) classifica-se como uma conjunção integrante que introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta. Segundo Cunha e Cintra (2017, p. 608), as orações subordinadas são aquelas que não têm “autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração”, podendo ser substantivas, adjetivas ou adverbiais. Para Cunha e Cintra (2017, p. 614, grifos do autor), “as ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS vêm normalmente

introduzidas pela CONJUNÇÃO INTEGRANTE que (às vezes por se)". Elas podem ser subjetivas, objetivas diretas, objetivas indiretas, completivas nominais, predicativas, apositivas e agentes da passiva, conforme a função sintática que desempenham. No caso da oração destacada na assertiva, "que" introduz a oração "que não se trata apenas de estar em um relacionamento", que funciona como objeto direto do verbo "indicam", que é transitivo direto. Assim, a assertiva I está correta.
A assertiva II, por sua vez, diz que, em "Se um relacionamento é ruim ou mesmo apenas mediano em termos de qualidade, a satisfação com a vida e as emoções positivas de um indivíduo são significativamente menores" (l. 10–12), a conjunção "se" introduz uma oração subordinada adverbial condicional. As orações subordinadas adverbiais "funcionam como ADJUNTO ADVERBIAL de outras orações e vêm, normalmente, introduzidas por uma das CONJUNÇÕES SUBORDINATIVAS" (Cunha; Cintra, 2017, p. 618, grifos dos autores) e podem ser, entre outras opções, condicionais, "se a conjunção é subordinativa condicional" (Cunha; Cintra, 2017, p. 620), o que é o caso de "se", que introduz uma oração que expressa uma condição para a ocorrência do fato apresentado na oração principal. Portanto, a assertiva II também está correta.
Por fim, a assertiva III diz que em "embora pessoas em qualquer relacionamento tendessem a sentir menos solidão do que os solteiros" (l. 20-21), a conjunção "embora" introduz uma oração subordinada adverbial concessiva. As conjunções concessivas são "embora, ainda que, conquanto, posto que, mesmo que, se bem que, etc." (Cunha; Cintra, 2017, p. 484, grifos dos autores). Desse modo, a assertiva III também está correta.
Portanto, observa-se que as três assertivas (I, II e III) estão corretas. Logo, a alternativa D está correta. Assim, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:
CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
Conteúdo Programático:
Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.

QUESTÃO: 9 - MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
A ordem de preenchimento das lacunas é: a – à – à, correspondente à alternativa A, que está correta.
Alternativa B:
A ordem de preenchimento das lacunas é: a – à – à. A alternativa B está incorreta pois identifica erroneamente o preenchimento da primeira lacuna (com à em vez de a) e da segunda lacuna (sem crase). Somente a terceira lacuna está preenchida corretamente.
Alternativa C:
A ordem de preenchimento das lacunas é: a – à – à. A alternativa C está incorreta pois diz que a última lacuna não leva crase quando a crase é necessária.
Alternativa D:
A ordem de preenchimento das lacunas é: a – à – à. A alternativa D está errada pois prevê que todas as lacunas sejam preenchidas de maneira errada (à – a – a).

Referência Bibliográfica:
CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
LUFT, C. P. Dicionário prático de regência nominal. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010.
Conteúdo Programático:
Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.
Comentários Gerais:
A questão pede que sejam preenchidas três lacunas no texto, considerando o uso ou não do acento indicativo de crase, ou seja, levando em conta a regência dos termos antecedentes e a presença ou ausência de artigo definido feminino diante dos substantivos. Conforme Cunha e Cintra (2017, p. 88, grifo dos autores), "o acento grave assinala as contrações da preposição a com o artigo a e com os pronomes demonstrativos a, aquele, aqueloutro, aquilo, as quais se escreverão assim: à, às, àquele, àqueles, àquelas, àquilo, àqueloutro, àqueloutra, àqueloutros, àqueloutras."
É importante observar que o emprego da crase é determinado por critérios gramaticais objetivos, especialmente pela relação entre regência e ocorrência de artigo definido, considerando o contexto de ocorrência. A resolução do item, então, depende da aplicação das regras normativas da língua portuguesa.

A primeira lacuna aparece em “uniões negativas estavam associadas ___ níveis mais altos de tristeza, desânimo, depressão e melancolia” (l. 21-22). A regência de “associado”, segundo Luft (2010, p. 69), é “a” (e, alternativamente, também “com” e “em”). Como “níveis” é um substantivo masculino plural, empregado em sentido genérico, não ocorre o acento indicativo de crase, preenchendo-se a lacuna com “a”.
A segunda lacuna, por sua vez, ocorre em “possui uma função social específica, ligada ___ necessidade humana de conexão e companhia íntima” (l. 24-25). “Ligado”, também segundo Luft (2010, p. 325), exige a preposição “a” (ou “com” e “entre”). Assim, sendo “necessidade” uma palavra feminina singular, admitindo o artigo definido feminino “a”, ocorre a fusão da preposição com o artigo, formando a crase. A lacuna, então, é preenchida com “à”.
Finalmente, a terceira lacuna ocorre em “fatores históricos e culturais relacionados ____ percepção de proteção física” (l. 31). Conforme Luft (2010, p. 440), a preposição mais usualmente utilizada com “relacionado” é “a”. “Percepção” é um substantivo feminino singular, empregado com sentido definido, específicico (a percepção de proteção física), o que significa que o uso do artigo definido singular “a” é necessário, ou seja, ocorre a crase, sendo a lacuna também é preenchida com “à”.
Assim, a ordem de preenchimento das lacunas é: a – à – à, correspondente à alternativa A. Desse modo, mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 10 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:
A alternativa A está incorreta pois o travessão, no trecho destacado na questão, não indica supressão/elipse de palavra alguma; ao contrário, ele introduz uma explicação adicional, e não a omissão de um termo.

Alternativa B:
A alternativa B está correta pois o travessão, segundo Bechara (2009, p. 612), “pode substituir vírgulas, parênteses, colchetes, para assinalar uma expressão intercalada”. Cunha e Cintra (2017, p. 682), por sua vez, indicam que o travessão é empregado “principalmente em dois casos: 1º para indicar, nos diálogos, a mudança de interlocutor [...]; para isolar, num contexto, palavras ou frases. Neste caso, em que desempenha função análoga à dos parênteses, usa-se geralmente o TRAVESSÃO DUPLO”. No trecho em questão, observa-se, portanto, que o travessão isola o segmento “como pessoas solteiras por escolha, indivíduos entre relacionamentos ou aqueles que enfrentam dificuldades para encontrar parceiros”, que funciona como um aposto explicativo enumerativo: ele não acrescenta uma informação nova e independente, mas detalha e exemplifica o que já havia sido dito por “tipos de solteirice”.

Alternativa C:
A alternativa C está incorreta pois, apesar de o travessão ser comumente utilizado para “indicar a mudança de interlocutor, na transcrição de um diálogo” (Bechara, 2009, p. 612), não é a função que ele desempenha na frase destacada, em que não há diálogo nem alternância de interlocutores.

Alternativa D:
A alternativa D está incorreta pois não há duas orações coordenadas sendo ligadas pelo travessão. O trecho após o travessão não é uma oração com verbo próprio que se coordena à anterior (uma oração coordenada aditiva), mas sim um aposto nominal (uma enumeração de exemplos).

Referência Bibliográfica:
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

Conteúdo Programático:
Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

Comentários Gerais:
A questão diz respeito à pontuação, que, para Bechara (2009, p. 604-605, grifos do autor), “é constituída por uns tantos sinais gráficos”, distribuídos entre separadores e sinais de comunicação ou mensagem, subdivididos, ainda, em “sinais de pausa conclusa (fundamentalmente o ponto, e depois ponto e vírgula, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências, quando em função conclusa) e de pausa inconclusa (fundamentalmente pela vírgula, mas também por dois-pontos, parênteses, travessão, colchetes, quando em função inconclusa, isto é, quando as orações estão articuladas entre si).” Solicita-se que seja identificado o motivo para o uso do travessão no trecho “O levantamento não diferencia tipos de solteirice — como pessoas solteiras por escolha, indivíduos entre relacionamentos ou aqueles que enfrentam dificuldades para encontrar parceiros”, retirado do texto.
O travessão, segundo o gramático citado acima, “pode substituir vírgulas, parênteses, colchetes, para assinalar uma expressão intercalada” (Bechara, 2009, p. 612). Cunha e Cintra (2017, p. 682), por sua vez, indicam que o travessão é empregado “principalmente em dois casos: 1º para indicar, nos diálogos, a

mudança de interlocutor [...]; para isolar, num contexto, palavras ou frases. Neste caso, em que desempenha função análoga à dos parênteses, usa-se geralmente o TRAVESSÃO DUPLO". No trecho em questão, observa-se, portanto, que o travessão isola o segmento "como pessoas solteiras por escolha, indivíduos entre relacionamentos ou aqueles que enfrentam dificuldades para encontrar parceiros", que funciona como um aposto explicativo enumerativo: ele não acrescenta uma informação nova e independente, mas detalha e exemplifica o que já havia sido dito por "tipos de solteirice".
Assim, verifica-se que a alternativa B está correta.
É importante destacar que o verbo "isolar" é comumente empregado, em referência à sinais de pontuação, como a citação de Cunha e Cintra acima evidencia, para indicar que um determinado segmento dentro de um período é delimitado, destacado ou separado do restante do período, mantendo relação sintática e semântica com a oração principal, sem indicar exclusão ou retirada da informação. O trecho isolado pelo travessão permanece semanticamente relacionado à oração principal.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS GERAIS

CARGO(S): CONTADOR, ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO, NUTRICIONISTA, OFICIAL DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, PROFESSOR ANOS INICIAIS, PROFESSOR CIÊNCIAS, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR ED. FÍSICA, PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR GEOGRAFIA, PSICÓLOGO

QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
A questão apresenta comando claro e objetivo ao solicitar a identificação da região em que se localiza o município de Estrela Velha. O termo Centro-Serra foi utilizado com base em referência oficial do Estado do Rio Grande do Sul, que identifica o município como integrante dessa região.
O fato de existirem diferentes formas de regionalização do Estado para finalidades administrativas, estatísticas ou de planejamento não torna a questão ambígua. O enunciado não faz referência à classificação do IBGE, aos Coredes ou a qualquer outro modelo específico de divisão territorial. Ao contrário, solicita apenas a identificação da região em que o município está situado, sendo plenamente válida a utilização da regionalização adotada oficialmente pelo Estado para fins de turismo e identidade regional.
Além disso, as alternativas apresentadas não geram dúvida quanto ao gabarito.
Recurso indeferido.
Centro-Serra – Correta. Conforme informações oficiais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Turismo, o município de Estrela Velha integra a Região Turística Centro-Serra.
Alternativa B:
Vale do Taquari – Incorreta. Estrela Velha não integra a Região Vale do Taquari.
Alternativa C:
Campanha – Incorreta. A região da Campanha localiza-se no sudoeste do Estado e não abrange o município de Estrela Velha.
Alternativa D:
Fronteira Oeste – Incorreta. A Fronteira Oeste compreende municípios situados junto à fronteira com a Argentina, não sendo o caso de Estrela Velha.
Referência Bibliográfica:
https://www.turismo.rs.gov.br/turismo/municipio/visualizar/124
Conteúdo Programático:
Organização política e territorial.
Comentários Gerais:
A questão está fundamentada em fonte oficial, apresenta apenas uma alternativa correta e não há qualquer ambiguidade capaz de justificar sua anulação.

QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A:
Estatuto da Internet. Incorreta. Não existe, no ordenamento jurídico brasileiro, instrumento legal denominado "Estatuto da Internet" com a finalidade descrita no enunciado.

Alternativa B:
Marco Civil Digital. Incorreta. A denominação está incorreta. O Brasil possui o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da internet, mas não é a lei que disciplina especificamente o tratamento de dados pessoais.
Alternativa C:
Lei de Acesso à Informação. Incorreta. A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o acesso às informações públicas e a transparência da Administração Pública, não tendo como objetivo principal disciplinar o tratamento de dados pessoais.
Alternativa D:
A questão apresenta enunciado claro e objetivo ao contextualizar que, em 2026, a expansão da inteligência artificial intensificou o debate sobre a proteção de informações pessoais. Na sequência, afirma que foi criado um instrumento legal que versa sobre o tratamento de dados pessoais, perguntando qual é esse instrumento. Em nenhum momento o enunciado afirma que esse instrumento legal foi criado em 2026.
A expressão "Nesse sentido" estabelece apenas uma relação lógica entre o aumento do debate sobre proteção de dados e a existência de uma legislação que disciplina essa matéria. Trata-se de um recurso de coesão textual utilizado para contextualizar a importância da norma diante do cenário apresentado, e não para indicar o momento de sua criação.
Além disso, a própria descrição constante no enunciado identifica de forma inequívoca a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujo objetivo é disciplinar o tratamento de dados pessoais e proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, exatamente como previsto na Lei nº 13.709/2018.
A interpretação defendida pelos recorrentes decorre de leitura isolada da expressão "Em 2026", desconsiderando que ela contextualiza o cenário atual de expansão da inteligência artificial, sem alterar a data de criação da legislação. Em provas de conhecimentos gerais e atualidades, é comum que fatos contemporâneos sejam utilizados para contextualizar normas jurídicas já existentes, sem que isso implique afirmar que tais normas tenham sido editadas naquele momento.
Assim, não há erro histórico, jurídico ou material, tampouco ambiguidade capaz de comprometer a objetividade da questão. O candidato precisava apenas identificar qual instrumento legal possui as características descritas no enunciado, sendo a resposta única e correta a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
Recurso indeferido.
Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Correta. A Lei nº 13.709/2018 disciplina o tratamento de dados pessoais e tem como finalidade proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, correspondendo exatamente à descrição apresentada no enunciado.
Referência Bibliográfica:
https://www.gov.br/esporte/pt-br/acesso-a-informacao/lgpd
Conteúdo Programático:
Tecnologia.

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
3. Incorreta. O número três corresponde às Regiões Geoeconômicas ou Complexos Regionais, classificação que não é a regionalização oficial do IBGE mencionada no enunciado.
Alternativa B:
A questão é clara ao perguntar: "Segundo a regionalização oficial do IBGE", em quantas grandes regiões o Brasil está dividido. A expressão utilizada remete diretamente à divisão regional oficial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que organiza o território brasileiro em cinco Grandes Regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.
A alegação de que o IBGE utiliza outras formas de regionalização não compromete a objetividade da questão. Embora o Instituto também adote classificações como Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias para finalidades estatísticas específicas, nenhuma delas corresponde à divisão do Brasil em grandes regiões, expressão utilizada de forma oficial pelo próprio IBGE.
Também não procede a referência às Regiões Geoeconômicas (Amazônia, Nordeste e Centro-Sul), pois essa classificação não corresponde à regionalização oficial do IBGE mencionada no enunciado. Trata-se de outro modelo de regionalização, elaborado por Pedro Pinchas Geiger, com finalidade distinta da divisão oficial do território nacional.
Assim, o comando da questão delimita expressamente o critério a ser adotado, não havendo qualquer ambiguidade ou possibilidade de dupla interpretação.
Recurso indeferido.

5. Correta. Segundo a regionalização oficial do IBGE, o Brasil está dividido em cinco Grandes Regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Alternativa C:

7. Incorreta. O IBGE não adota divisão oficial do território brasileiro em sete grandes regiões.

Alternativa D:

8. Incorreta. Também não existe regionalização oficial do IBGE que divida o Brasil em oito grandes regiões.

Referência Bibliográfica:

https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18310-divisao-politico-administrativa-e-regional.html

Conteúdo Programático:

Regionalização do IBGE.

Comentários Gerais:

Dessa forma, a questão apresenta comando claro, fundamento em referência oficial do IBGE e apenas uma alternativa correta, razão pela qual o recurso deve ser indeferido, mantendo-se o gabarito da alternativa B.

QUESTÃO: 14 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

Canadá: INCORRETA. O Canadá não foi o país anfitrião da Cúpula do G7 realizada em 2026. Embora o país já tenha sediado reuniões do grupo em outros anos, inclusive a Cúpula do G7 de 2018, não corresponde ao local de realização do encontro de 2026.

Alternativa B:

A questão abordou tema de atualidade relacionado à realização da Cúpula do G7 de 2026, solicitando aos candidatos a identificação do país anfitrião do evento. Trata-se de informação objetiva, verificável e devidamente divulgada por fonte oficial antes da realização do certame.

Conforme informação publicada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Presidente da República participou da Cúpula do G7 realizada em Évian-les-Bains, na França, nos dias 16 e 17 de junho de 2026, a convite do país anfitrião. Dessa forma, o fato já se encontrava consolidado e disponível em canais oficiais anteriormente à aplicação da prova, realizada em 19 de julho de 2026.

Não procede a alegação de ausência de marco temporal ou de instabilidade do conteúdo cobrado. A disciplina de Atualidades tem por característica justamente a abordagem de acontecimentos recentes de relevância nacional e internacional, não estando limitada exclusivamente a fatos históricos pretéritos. A exigência de conhecimento sobre eventos contemporâneos encontra respaldo na natureza da matéria e na previsão editalícia de cobrança de temas atuais.

Além disso, a questão não exigiu interpretação subjetiva, previsão de acontecimentos futuros ou conhecimento de agendas ainda indefinidas. O comando solicitou apenas a identificação do país onde foi realizada a Cúpula do G7 de 2026, informação objetiva e já oficialmente registrada.

A alegação de possível alteração de local, organização ou cronograma não se aplica ao caso concreto, uma vez que, na data da prova, o evento já havia ocorrido e seus dados estavam devidamente confirmados por fontes oficiais. Portanto, não houve violação aos princípios da segurança jurídica, da isonomia, da vinculação ao edital ou da objetividade.

Assim, considerando que a alternativa B – França corresponde ao local correto da realização da Cúpula do G7 de 2026, conforme registros oficiais, não há qualquer vício capaz de justificar a anulação da questão.

Recurso indefrido.

Alternativa C:

Alemanha: INCORRETA. A Alemanha também não sediou a Cúpula do G7 de 2026. O país foi anfitrião de edições anteriores do encontro, como a realizada em 2022, porém não possui relação com a edição de 2026.

Alternativa D:

Itália: INCORRETA. A Itália igualmente não foi o país responsável pela realização da Cúpula do G7 de 2026. O país sediou a reunião do grupo em 2024, mas esse fato não se refere ao evento questionado.

Referência Bibliográfica:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-do-g7-em-evian-les-bains-franca-2013-16-e-17-de-junho-de-2026

Conteúdo Programático:

Política.

Comentários Gerais:

Considerando que o encontro de 2026 ocorreu em Évian-les-Bains, na França, conforme registro oficial do Ministério das Relações Exteriores, somente a alternativa B – França apresenta correspondência com o fato cobrado.

Assim, as demais alternativas apresentam países que já sediaram outras edições do G7, mas não correspondem ao local da Cúpula de 2026, razão pela qual permanecem incorretas e o gabarito deve ser mantido.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): CONTADOR, ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO, NUTRICIONISTA, OFICIAL DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, PSICÓLOGO

QUESTÃO: 19 - MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:
O Art. 73 é expresso ao afirmar que os adicionais não são acumuláveis. O servidor não pode receber ambos.

Alternativa B:
A lei não proíbe qualquer compensação — pelo contrário, garante ao servidor o direito de optar por um dos adicionais.

Alternativa C:
O Art. 73 da Lei 986/2011 estabelece de forma inequívoca que os adicionais de insalubridade e periculosidade não são acumuláveis, cabendo ao servidor optar por um deles. A lei não condiciona a proibição de cumulação à origem dos riscos, tornando irrelevante a distinção invocada pelo recorrente. Não há ambiguidade no enunciado nem no dispositivo legal.

Alternativa D:
A lei não prevê recebimento dos dois adicionais em nenhum período, ainda que temporário. A proibição de cumulação é absoluta.

Referência Bibliográfica:
https://estrelavelha.rs.gov.br/portal/wp-content/uploads/2018/11/Lei986-2011RJU.pdf

Conteúdo Programático:
Regime Jurídico do Município (Lei Municipal nº 986/2011 e atualizações).

QUESTÃO: 21 - MANTIDA alternativa 'A'.

Alternativa A:
A alternativa A é reprodução literal do inciso II do Art. 142. A alternativa B — apesar de o recorrente alegar correspondência com o inciso I — contém erro material relevante: substitui "Município" por "Governo do Estado", alterando a competência prevista na lei. Não há ambiguidade nem dupla resposta. A questão possui resposta única e objetiva.

Alternativa B:
O inciso I diz "terem sua localização aprovada pelo Município". A alternativa substitui "Município" por "Governo do Estado", alterando a competência prevista na lei.

Alternativa C:
O Art. 142 não prevê taxa especial de publicidade municipal como condição para autorização das bancas. Nenhum inciso menciona cobrança de taxa.

Alternativa D:
O inciso III exige que as bancas "não perturbem o trânsito público". A alternativa sugere instalação prioritária em áreas de grande fluxo de veículos — o que contraria o princípio de não perturbar o trânsito.

Referência Bibliográfica:
https://leis.org/municipais/rs/estrela-velha/lei/lei-ordinaria/2010/935/lei-ordinaria-n-935-2010-de-posturas-do-municipio-de-estrela-velha-e-da-outras-providencias

Conteúdo Programático:
Código de Posturas Municipal (Lei Municipal nº 935/2010).

QUESTÃO: 24 - MANTIDA alternativa 'A'.

Alternativa A:
A expressão "Tribunais Superiores" é categoria técnico-constitucional do Art. 92 da CF/88, com sentido preciso e determinável. A alternativa A é reprodução literal do §2º do mesmo artigo. A alegada ambiguidade não se configura — exige-se do candidato conhecimento da terminologia constitucional, que é justamente o objeto da avaliação. Não há vício de formulação ou ambiguidade que justifique anulação.

Alternativa B:
O §2º estabelece jurisdição em todo o território nacional, não apenas nas capitais.
Alternativa C:
O §2º expressamente estabelece que o STF tem jurisdição em todo o território nacional — não restrita ao DF.
Alternativa D:
Os Tribunais Superiores têm jurisdição nacional, não limitada aos Estados onde estão localizados.
Referência Bibliográfica:
Constituição
Conteúdo Programático:
Constituição Federal de 1988:

QUESTÃO: 25 - ANULADA.
A questão deve ser ANULADA. A correção material da alternativa C em face do Art. 177, II, da CF/88 é inquestionável. Contudo, o dispositivo cobrado não integra o conteúdo programático delimitado pelo edital.
Referência Bibliográfica:
Constituição
Conteúdo Programático:
Constituição Federal de 1988.

MATÉRIA: MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

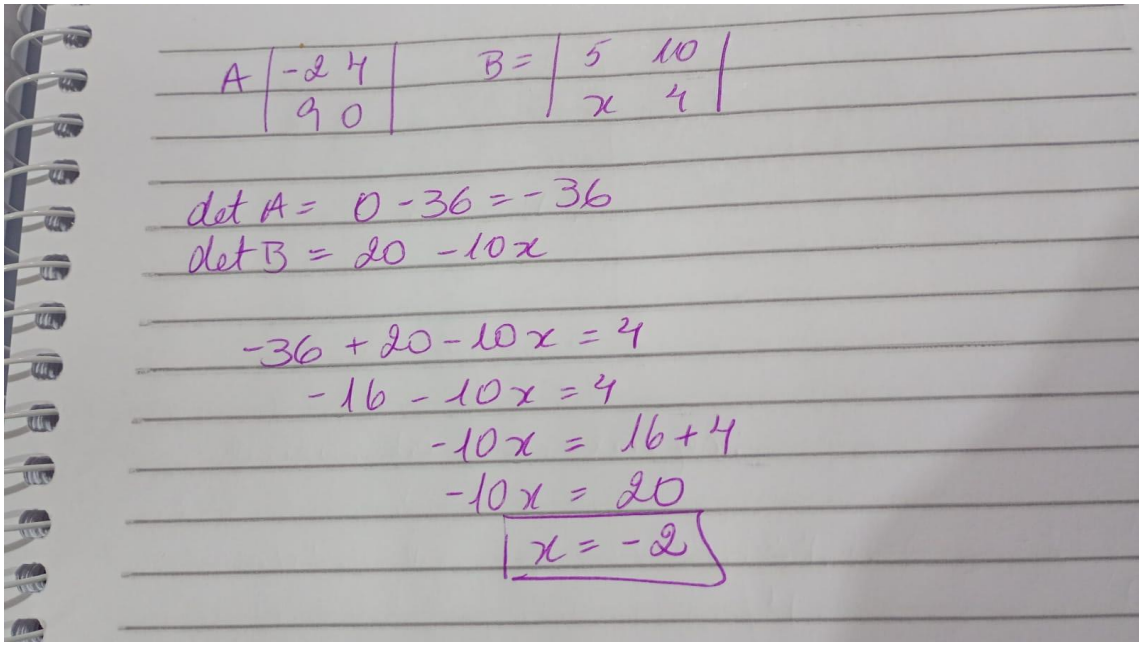
CARGO(S): CONTADOR, ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO, NUTRICIONISTA, OFICIAL DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, PSICÓLOGO

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'D'.
A questão será mantida.
As raízes da equação de 2° grau apresentada são 1, 5 e - 2
O produto entre as raízes é igual a - 3, número que pertence ao conjunto dos números inteiros, racionais e reais.
O número - 3 não pertence ao conjunto dos números naturais por ser negativo e não pertence ao conjunto dos números irracionais.

Referência Bibliográfica:
GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy , CASTRUCCI, Benedicto. A Conquista da matemática: 6°, 7°, 8° e 9° anos – 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.
FTD Sistema de Ensino : ensino fundamental : anos finais e ensino médio –
2. ed. – São Paulo : FTD, 2024.
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003

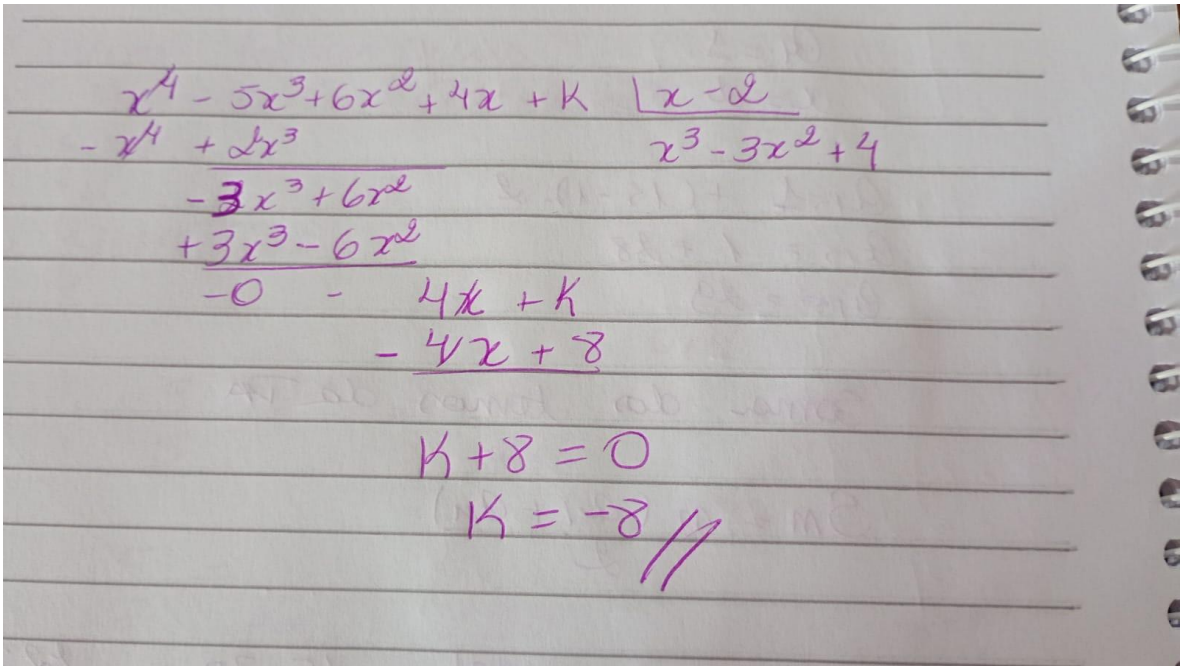
Conteúdo Programático:
Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais e equações de 2° grau.

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'D'.
A questão será mantida.
Em seu enunciado ela traz duas matrizes 2x2 e solicita que, através da resolução de seu determinante, seja determinado o valor de "x".
A questão traz nomenclaturas, termos e conceitos abordados no conteúdo.
Referência Bibliográfica:
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003
Conteúdo Programático:
Matrizes e determinantes



QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'C'.
A questão será mantida. O conteúdo de polinômios está descrito como conteúdo programático em edital como Cálculo algébrico: monômios e polinômios, a divisão entre polinômios é um exemplo de cálculo.

Referência Bibliográfica:
IEZZI, Gelson et. Al. Matemática: ciências e aplicações. V. 1-3, ensino médio 7. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.
BARRETO, Filho Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da . Matemática aula por aula v. 1-3 – 1 ed. – São Paulo: FTD, 2003
Conteúdo Programático:
Cálculo algébrico: monômios e polinômios.



QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'A'.
A questão será mantida.
Ela é uma questão clara e objetiva da aplicação direta das Leis de Morgan.
Segundo as Leis de Morgan:

Seja p = Júlia não é dentista e q = Marcos é jogador de futebol
Negar p ou q = negar p e negar q, logo:
Júlia é dentista e Marcos não é jogador de futebol.

Referência Bibliográfica:

PADILHA, Josimar. Raciocínio lógico-matemático: teoria e aplicação. 3. Ed. Ver. e atual. Brasília: Vestcon, 2013.
LIRA, Alex. Raciocínio Lógico Definitivo para concursos/ Alex Lira e Alexandre Meirelles – 3 ed. ver. E atual – São Paulo: Editora Juspodivm, 2025.
BISPO, Carlos Alberto Ferreira, CASTANHEIRA, Luiz Batista. Introdução à lógica matemática. – São Paulo: cengage learning, 2018
BATISTA, Kairton e MENDES, Sérgio. Matemática e raciocínio lógico. Ed. Nova concursos.

Conteúdo Programático:

Leis de Morgan

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO/ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

CARGO(S): PROFESSOR ANOS INICIAIS, PROFESSOR CIÊNCIAS, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR ED. FÍSICA, PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR GEOGRAFIA

QUESTÃO: 16 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

A alternativa afirma que os Conselhos Escolares possuem caráter deliberativo, informação que, isoladamente, está correta. Entretanto, incorre em erro ao afirmar que sua composição deve ser predominantemente formada por profissionais da educação, garantindo prevalência dos critérios técnico-pedagógicos sobre os interesses dos demais segmentos.

A LDBEN não estabelece qualquer predominância de um segmento na composição do Conselho Escolar. Ao contrário, o § 1º do art. 14 determina a representação de diferentes categorias — professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares, demais servidores, estudantes, pais ou responsáveis e membros da comunidade local — eleitos por seus pares. O modelo legal busca assegurar a pluralidade e o equilíbrio da representação, não havendo fundamento jurídico para atribuir superioridade deliberativa aos profissionais da educação.

Alternativa B:

A alternativa reproduz fielmente a finalidade atribuída aos Fóruns dos Conselhos Escolares pela LDBEN. Nos termos do § 2º do art. 14, esses colegiados possuem caráter deliberativo e destinam-se ao fortalecimento dos Conselhos Escolares e à efetivação do processo democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, sendo norteados pelos princípios da democratização da gestão, da democratização do acesso e permanência e da qualidade social da educação.

Trata-se da única alternativa que corresponde integralmente ao texto legal, razão pela qual constitui o gabarito da questão.

Alternativa C:

A alternativa reconhece a participação da comunidade escolar, porém afirma que essa participação ocorre prioritariamente por meio de consultas e manifestações representativas, atribuindo as deliberações finais aos órgãos executivos dos sistemas de ensino.

Esse ponto torna a assertiva incorreta. A LDBEN confere ao Conselho Escolar natureza deliberativa, e não meramente consultiva. Assim, sua atuação envolve efetiva participação nos processos decisórios da unidade escolar, não se restringindo à emissão de pareceres ou consultas. Embora existam competências próprias dos órgãos executivos dos sistemas de ensino, isso não descaracteriza a competência deliberativa atribuída aos Conselhos Escolares pela legislação.

Alternativa D:

A alternativa afirma que a composição dos Conselhos Escolares pode ser definida livremente pelos sistemas de ensino, independentemente das categorias previstas em lei.

Embora os sistemas de ensino possuam competência para regulamentar aspectos da gestão democrática, essa autonomia não é absoluta. A própria LDBEN estabelece parâmetros obrigatórios quanto à composição dos Conselhos Escolares, especificando os segmentos que devem ser representados. Assim, eventual regulamentação local deve observar os limites fixados pela legislação nacional, não podendo afastar ou ignorar as categorias expressamente previstas no art. 14, § 1º.

Dessa forma, a alternativa extrapola a autonomia conferida aos sistemas de ensino e contraria o texto legal.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm

Conteúdo Programático:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Comentários Gerais:

A alternativa B é a única que está integralmente em conformidade com a legislação, ao afirmar que os Fóruns dos Conselhos Escolares atuam como instâncias de articulação e fortalecimento dos Conselhos Escolares, contribuindo para a democratização da gestão, do acesso e da permanência dos estudantes, bem como para a promoção da qualidade social da educação, exatamente como previsto no § 2º do art. 14 da LDBEN.

Diante do exposto, não há erro no enunciado, nas alternativas ou no gabarito, permanecendo correta a alternativa B, razão pela qual a banca indefere o recurso e mantém o gabarito preliminar.

QUESTÃO: 25 - MANTIDA alternativa 'D'.

Alternativa A:

A alternativa afirma que a ocorrência de três faltas injustificadas impede a promoção apenas durante o respectivo interstício, preservando o tempo já computado para futura progressão. Essa afirmação contraria expressamente o art. 13 do Plano de Carreira. A ocorrência de três faltas injustificadas prejudica a avaliação por merecimento e interrompe a contagem do tempo para promoção. Nos termos do parágrafo único do mesmo artigo, ocorrendo qualquer das hipóteses de interrupção, inicia-se nova contagem do tempo exigido para promoção, inexistindo aproveitamento do período anteriormente computado.

Alternativa B:

A alternativa afirma que a licença para tratamento de saúde em pessoa da família superior a trinta dias acarreta interrupção da contagem do tempo e reinício integral do interstício. Entretanto, o art. 14 da lei estabelece situação diversa. Essa hipótese constitui causa de suspensão da contagem do tempo para promoção, e não de interrupção. Na suspensão, o prazo apenas deixa de fluir durante o afastamento, retomando sua contagem posteriormente, sem reinício do interstício.

Alternativa C:

A alternativa equipara os efeitos jurídicos dos afastamentos previstos no art. 14 aos das penalidades disciplinares previstas no art. 13. Todavia, a legislação diferencia claramente esses institutos. Os afastamentos para exercício de atividades não relacionadas ao magistério e os auxílios-doença superiores a noventa dias constituem hipóteses de suspensão da contagem do tempo para promoção, enquanto as penalidades disciplinares e as três faltas injustificadas constituem hipóteses de interrupção, cujo efeito é o reinício da contagem do período necessário para promoção. Portanto, os efeitos jurídicos não são os mesmos.

Alternativa D:

A alternativa descreve corretamente o regime jurídico previsto no art. 13 do Plano de Carreira. O dispositivo estabelece que a pena de suspensão disciplinar, ainda que convertida em multa, bem como a ocorrência de três faltas injustificadas, prejudicam a avaliação por merecimento e acarretam a interrupção da contagem do tempo para promoção. O parágrafo único do mesmo artigo dispõe expressamente que, ocorrendo qualquer dessas hipóteses, iniciar-se-á nova contagem do tempo exigido para promoção.

Não procede a alegação de que a alternativa teria "fundido dispositivos distintos". O parágrafo único integra o próprio art. 13 e complementa o regime jurídico das hipóteses nele previstas. A alternativa limita-se a sintetizar o comando normativo completo do artigo, sem acrescentar requisito inexistente ou conferir interpretação ampliativa ao texto legal.

Da mesma forma, não procede a alegação de ausência de objetividade. Apenas a alternativa D reproduz corretamente o conjunto das consequências jurídicas previstas na lei. As demais alternativas incorrem em erro ao confundir interrupção com suspensão ou ao atribuir efeitos jurídicos diversos daqueles expressamente estabelecidos pelo Plano de Carreira.

Referência Bibliográfica:

https://estrelavelha.rs.gov.br/pdf/leis/Lei630-2005PCM.pdf

Conteúdo Programático:

Plano de Carreira do Magistério do Município.

Comentários Gerais:

O enunciado solicita que o candidato identifique a alternativa correta acerca das hipóteses de interrupção e suspensão da contagem do tempo para promoção. Em nenhum momento a questão restringe a análise a um único artigo ou exige a reprodução literal de determinado dispositivo legal. Ao contrário, exige do candidato a compreensão do regime jurídico estabelecido pelo Plano de Carreira, mediante interpretação sistemática dos dispositivos pertinentes.

MATÉRIA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CARGO(S): PROFESSOR ANOS INICIAIS, PROFESSOR CIÊNCIAS, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR ED. FÍSICA, PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR GEOGRAFIA

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

A alternativa A está incorreta, pois, embora reconheça a necessária articulação entre os processos administrativos e pedagógicos, afirma que a eficiência organizacional seria condição suficiente para garantir a formação crítica dos estudantes e a transformação social. Essa afirmação não encontra respaldo no referencial adotado. Em Veiga (2001), a gestão escolar não se reduz à eficiência administrativa, mas compreende uma ação pedagógica e política voltada à formação dos educandos e à transformação da realidade social. Assim, a eficiência organizacional, por si só, não é suficiente para alcançar tais finalidades.

Alternativa B:

A alternativa B é a correta, pois reproduz, de forma fiel, a concepção apresentada por Veiga (2001). A gestão escolar é compreendida como um processo de organização dos trabalhos educativos, voltado à realização e ao aprimoramento do conhecimento escolar, utilizando os meios necessários para a educação, favorecendo a formação dos educandos e assumindo um caráter transformador ao promover a compreensão das contradições produzidas pela sociedade. Todos esses elementos estão expressamente contemplados no texto de referência, tornando essa a única alternativa integralmente correta.

Alternativa C:

A alternativa C está incorreta, porque, embora reconheça que a gestão escolar promove a aprendizagem e organiza os meios necessários à educação, afirma que sua atuação deve concentrar-se prioritariamente na adaptação da escola às demandas sociais vigentes e evitar interferir nas contradições produzidas pela sociedade. Esse aspecto contraria diretamente a perspectiva de Veiga (2001), segundo a qual a gestão escolar possui caráter transformador e deve contribuir para a compreensão crítica dessas contradições, não se limitando a uma adaptação passiva às condições existentes.

Alternativa D:

A alternativa D está incorreta, pois, apesar de mencionar corretamente que a gestão escolar observa processos internos e externos e coordena os trabalhos educativos, atribui como finalidade principal o equilíbrio institucional entre as demandas da comunidade escolar. O texto-base, entretanto, não estabelece essa como finalidade precípua da gestão. Na perspectiva de Veiga (2001), a finalidade central consiste em organizar o trabalho educativo para promover a aprendizagem, favorecer a formação dos educandos e contribuir para a transformação da realidade por meio da compreensão crítica das contradições sociais.

Referência Bibliográfica:

Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE: PLANEJAMENTO ESCOLAR COMO PILAR DA GESTÃO EDUCACIONAL: EXPLORANDO TIPOLOGIAS E ANALISANDO SUA RELEVÂNCIA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.
Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/12901/6181/25127

Conteúdo Programático:

Gestão e planejamento escolar.

Comentários Gerais:

O enunciado delimita expressamente que a análise deve ser realizada no campo da gestão e do planejamento escolar, considerando a perspectiva de Veiga (2001). Nessa concepção, a gestão escolar possui caráter transformador, organiza os trabalhos educativos, busca o aprimoramento do conhecimento escolar, mobiliza os meios necessários à educação e favorece a formação dos educandos em consonância com as demandas da sociedade, promovendo a compreensão crítica das contradições sociais.
Dessa forma, não há duplicidade de respostas, tampouco inconsistência no enunciado ou nas alternativas. A alternativa B permanece como único gabarito possível, razão pela qual mantém-se o gabarito originalmente divulgado.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): CONTADOR

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'C'.

Alternativa A:
Incorreta, O pregão é modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, independentemente do valor estimado da contratação.

Alternativa B:
Incorreta, A contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública constitui hipótese de inexigibilidade de licitação, em razão da inviabilidade de competição, e não de dispensa.

Alternativa C:
– Correta, A concorrência é modalidade de licitação prevista na nova lei para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços de engenharia, admitindo diversos critérios de julgamento, inclusive técnica e preço.

Alternativa D:
– Incorreta, A inviabilidade de competição, como ocorre na contratação de fornecedor exclusivo, configura hipótese de inexigibilidade de licitação, e não de dispensa

Referência Bibliográfica:
Lei 14133/2021

Conteúdo Programático:
Licitações Públicas: Conceito, modalidades, limites, características, dispensas, inexigibilidades, contratos, sanções, tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.
Licitação: conceito, tipos e modalidades.

Comentários Gerais:
O Conteúdo exigido na prova está de acordo com o programa publicado no edital.
"PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA VELHA/RS - Edital de Abertura – Concurso Público nº 01/2026 15/05/2026 11:13 – Rev04 ANEXO VIII – PROGRAMAS – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS NÍVEL SUPERIOR COMPLETO CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO 1: CONTADOR PROGRAMA: Noções de Administração Pública. Administração Direta e Indireta: Características, princípios constitucionais. Licitações Públicas: Conceito, modalidades, limites, características, dispensas, inexigibilidades, contratos, sanções, tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Parceria Público Privada. Contabilidade Geral: Princípios de Contabilidade; Estrutura Conceitual da Contabilidade; Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, composição patrimonial e situações patrimoniais; Atos administrativos e fatos contábeis. Origem e aplicação dos recursos. Contas: Conceito, classificação e funcionamento. Contas patrimoniais e de resultados. Plano de Contas. Débito, crédito e saldo. Contas de receitas e despesas. Receitas e despesas antecipadas; Escrituração Contábil: Método das Partidas Dobradas. Análise das Demonstrações Financeiras. Análise dos indicadores econômico-financeiros básicos (liquidez, lucratividade, margem e rentabilidade, atividade, estrutura e endividamento). Estrutura e aspectos contábeis do Fluxo de Caixa. Demonstração do Fluxo de Caixa – método indireto e método direto: análise, entendimento e integração com as demonstrações básicas. Contabilidade Pública, Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal: Conceitos Gerais, campos de atuação, regimes contábeis, Princípios e Fundamentos Legais, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, Sistemas Contábeis: orçamentário, patrimonial, financeiro e de compensação e Subsistemas de Informações Contábeis. Sistemas de Contas: conceito, nomenclatura e função das contas. Receita Pública e Despesa Pública: conceito; classificação; enfoque orçamentário, patrimonial, fiscal e extra orçamentário; estágios e fases; momento de reconhecimento e critérios de registro. Suprimento de fundos. Restos a Pagar. Limites. Transferências Voluntárias e Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado, Dívida Ativa, Dívida Pública e Endividamento, Transparência, Controle e Fiscalização, Composição do Patrimônio Público, Gestão Patrimonial, Mensuração de Ativos e Passivos, Variações Patrimoniais, Contabilização das transações no setor público. Escrituração contábil: Classificação e metodologia das contas nos sistemas. Método das partidas dobradas. Lançamentos Típicos do Setor Público. Lançamentos, conceito e elementos essenciais; fórmulas de lançamentos; erros de escrituração e suas retificações. Registro Contábil. Operações de encerramento do exercício. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Patrimonial,

Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado Econômico, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Depreciação, Notas Explicativas, Consolidação. Resultado e economia orçamentária. Patrimônio público: conceito, bens públicos, direitos e obrigações das entidades públicas, consolidação do patrimônio público, variações patrimoniais as ativas e as passivas. Orçamento Público: conceito geral, ciclo orçamentário, exercício financeiro, princípios, suas divisões e mecanismos retificadores, Processo Orçamentário, Planejamento, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Classificação Orçamentária, Sistema e Princípios Orçamentários. Proposta Orçamentária, Planejamento, Programação e Execução do Orçamento, Controle Interno e Externo, Exercício Financeiro, Créditos Adicionais, Cumprimento das Metas, Receitas e Despesas, Vinculações Constitucionais. Fundos Especiais. Limites. Licitação: conceito, tipos e modalidades. Créditos adicionais: conceito, classificação, condições gerais de sua ocorrência indicação e especificação de recursos. Auditoria Governamental: Estrutura e Controle na Administração Pública. Finalidades, Objetivos, Abrangência, Formas e Tipos de Auditoria Governamental, Normas Fundamentais de Auditoria, Plano/Programa, Técnicas, Achados e Evidências de Auditoria, Papéis de Trabalho, Parecer e Relatório de Auditoria. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal) e alterações."

CARGO(S): ENFERMEIRO

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'B'.

Alternativa A:

Todavia, tal argumento carece de amparo diante do comando claro, expresso e imperativo do enunciado, que solicita textualmente a identificação da alternativa que "NÃO corresponde a uma manifestação TÍPICA" da referida condição clínica.

Na propedêutica médica e na literatura especializada, o termo “típico” possui acepção técnico-científica específica, referindo-se às manifestações clínicas cardinais, de maior frequência, elevada reprodutibilidade e reconhecido valor semiológico, que orientam o raciocínio diagnóstico inicial de determinada síndrome ou condição patológica. Nesse contexto, manifestações típicas distinguem-se de achados clínicos eventuais, inespecíficos ou de baixa prevalência, bem como de complicações decorrentes da evolução grave da doença, as quais podem estar associadas a descompensação sistêmica, falência orgânica ou estados críticos, não integrando, portanto, o conjunto de sinais e sintomas característicos da apresentação clínica habitual da hipocalcemia.

A análise comparativa das alternativas demonstra a perfeita objetividade e a existência de uma única resposta correta:

Das Manifestações Inequivocamente Típicas (Alternativas A, C e D): As demais opções da questão versam sobre os achados típicos da hipocalcemia, tais como o Sinal de Chvostek, o Sinal de Trousseau, a tetania e o prolongamento do intervalo QT (decorrente do atraso na fase 2 do potencial de ação miocárdico). Estas manifestações constam de forma unânime e unívoca nas tabelas de sinais e sintomas cardinais.

Da Resposta Cardiovascular à Hipocalcemia (Alternativa B): O cálcio extracelular é o principal determinante do inotropismo miocárdico. Fisiopatologicamente, a queda abrupta do cálcio sérico gera depressão da contratilidade miocárdica (inotropismo negativo) e hipotensão.

Diante da queda do débito cardíaco e da hipotensão arterial, a resposta homeostática, fisiológica e típica do organismo humano é o gatilho adrenérgico compensatório, manifestando-se por meio de taquicardia reflexa. A bradicardia sinusal, portanto, é a antítese da resposta típica esperada, mais caracterizada pela bradiarritmia. Quando descrita na literatura, a bradicardia ocorre estritamente como um evento terminal de choque refratário ou colapso cardiovascular iminente, sendo considerada uma manifestação atípica e de exceção.

Desta forma o gabarito preliminar encontra-se correto.

Alternativa B:

Todavia, tal argumento carece de amparo diante do comando claro, expresso e imperativo do enunciado, que solicita textualmente a identificação da alternativa que "NÃO corresponde a uma manifestação TÍPICA" da referida condição clínica.

Na propedêutica médica e na literatura especializada, o termo “típico” possui acepção técnico-científica específica, referindo-se às manifestações clínicas cardinais, de maior frequência, elevada reprodutibilidade e reconhecido valor semiológico, que orientam o raciocínio diagnóstico inicial de determinada síndrome ou condição patológica. Nesse contexto, manifestações típicas distinguem-se de achados clínicos eventuais, inespecíficos ou de baixa prevalência, bem como de complicações decorrentes da evolução grave da doença, as quais podem estar associadas a descompensação sistêmica, falência orgânica ou estados críticos, não

integrando, portanto, o conjunto de sinais e sintomas característicos da apresentação clínica habitual da hipocalcemia.
A análise comparativa das alternativas demonstra a perfeita objetividade e a existência de uma única resposta correta:
Das Manifestações Inequivocamente Típicas (Alternativas A, C e D): As demais opções da questão versam sobre os achados típicos da hipocalcemia, tais como o Sinal de Chvostek, o Sinal de Trousseau, a tetania e o prolongamento do intervalo QT (decorrente do atraso na fase 2 do potencial de ação miocárdico). Estas manifestações constam de forma unânime e unívoca nas tabelas de sinais e sintomas cardinais.
Da Resposta Cardiovascular à Hipocalcemia (Alternativa B): O cálcio extracelular é o principal determinante do inotropismo miocárdico. Fisiopatologicamente, a queda abrupta do cálcio sérico gera depressão da contratilidade miocárdica (inotropismo negativo) e hipotensão.
Diante da queda do débito cardíaco e da hipotensão arterial, a resposta homeostática, fisiológica e típica do organismo humano é o gatilho adrenérgico compensatório, manifestando-se por meio de taquicardia reflexa. A bradicardia sinusal, portanto, é a antítese da resposta típica esperada, mais caracterizada pela bradiarritmia. Quando descrita na literatura, a bradicardia ocorre estritamente como um evento terminal de choque refratário ou colapso cardiovascular iminente, sendo considerada uma manifestação atípica e de exceção.
Desta forma o gabarito preliminar encontra-se correto.

Alternativa C:

Todavia, tal argumento carece de amparo diante do comando claro, expresso e imperativo do enunciado, que solicita textualmente a identificação da alternativa que "NÃO corresponde a uma manifestação TÍPICA" da referida condição clínica.
Na propedêutica médica e na literatura especializada, o termo “típico” possui acepção técnico-científica específica, referindo-se às manifestações clínicas cardinais, de maior frequência, elevada reprodutibilidade e reconhecido valor semiológico, que orientam o raciocínio diagnóstico inicial de determinada síndrome ou condição patológica. Nesse contexto, manifestações típicas distinguem-se de achados clínicos eventuais, inespecíficos ou de baixa prevalência, bem como de complicações decorrentes da evolução grave da doença, as quais podem estar associadas a descompensação sistêmica, falência orgânica ou estados críticos, não integrando, portanto, o conjunto de sinais e sintomas característicos da apresentação clínica habitual da hipocalcemia.
A análise comparativa das alternativas demonstra a perfeita objetividade e a existência de uma única resposta correta:
Das Manifestações Inequivocamente Típicas (Alternativas A, C e D): As demais opções da questão versam sobre os achados típicos da hipocalcemia, tais como o Sinal de Chvostek, o Sinal de Trousseau, a tetania e o prolongamento do intervalo QT (decorrente do atraso na fase 2 do potencial de ação miocárdico). Estas manifestações constam de forma unânime e unívoca nas tabelas de sinais e sintomas cardinais.
Da Resposta Cardiovascular à Hipocalcemia (Alternativa B): O cálcio extracelular é o principal determinante do inotropismo miocárdico. Fisiopatologicamente, a queda abrupta do cálcio sérico gera depressão da contratilidade miocárdica (inotropismo negativo) e hipotensão.
Diante da queda do débito cardíaco e da hipotensão arterial, a resposta homeostática, fisiológica e típica do organismo humano é o gatilho adrenérgico compensatório, manifestando-se por meio de taquicardia reflexa. A bradicardia sinusal, portanto, é a antítese da resposta típica esperada, mais caracterizada pela bradiarritmia. Quando descrita na literatura, a bradicardia ocorre estritamente como um evento terminal de choque refratário ou colapso cardiovascular iminente, sendo considerada uma manifestação atípica e de exceção.
Desta forma o gabarito preliminar encontra-se correto.

Alternativa D:

Todavia, tal argumento carece de amparo diante do comando claro, expresso e imperativo do enunciado, que solicita textualmente a identificação da alternativa que "NÃO corresponde a uma manifestação TÍPICA" da referida condição clínica.
Na propedêutica médica e na literatura especializada, o termo “típico” possui acepção técnico-científica específica, referindo-se às manifestações clínicas cardinais, de maior frequência, elevada reprodutibilidade e reconhecido valor semiológico, que orientam o raciocínio diagnóstico inicial de determinada síndrome ou condição patológica. Nesse contexto, manifestações típicas distinguem-se de achados clínicos eventuais, inespecíficos ou de baixa prevalência, bem como de complicações decorrentes da evolução grave da doença, as quais podem estar associadas a descompensação sistêmica, falência orgânica ou estados críticos, não integrando, portanto, o conjunto de sinais e sintomas característicos da apresentação clínica habitual da hipocalcemia.
A análise comparativa das alternativas demonstra a perfeita objetividade e a existência de uma única resposta correta:
Das Manifestações Inequivocamente Típicas (Alternativas A, C e D): As demais opções da questão versam sobre os achados típicos da hipocalcemia, tais como o Sinal de Chvostek, o Sinal de Trousseau, a tetania e

o prolongamento do intervalo QT (decorrente do atraso na fase 2 do potencial de ação miocárdico). Estas manifestações constam de forma unânime e unívoca nas tabelas de sinais e sintomas cardinais.
Da Resposta Cardiovascular à Hipocalcemia (Alternativa B): O cálcio extracelular é o principal determinante do inotropismo miocárdico. Fisiopatologicamente, a queda abrupta do cálcio sérico gera depressão da contratilidade miocárdica (inotropismo negativo) e hipotensão.
Diante da queda do débito cardíaco e da hipotensão arterial, a resposta homeostática, fisiológica e típica do organismo humano é o gatilho adrenérgico compensatório, manifestando-se por meio de taquicardia reflexa. A bradicardia sinusal, portanto, é a antítese da resposta típica esperada, mais caracterizada pela bradiarritmia. Quando descrita na literatura, a bradicardia ocorre estritamente como um evento terminal de choque refratário ou colapso cardiovascular iminente, sendo considerada uma manifestação atípica e de exceção.
Desta forma o gabarito preliminar encontra-se correto.

Referência Bibliográfica:
SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGIA CLÍNICA/MEDICINA LABORATORIAL (SBPC/ML). Distúrbios do cálcio. São Paulo: SBPC/ML, 2024.
PORTO, Celmo Celeno; PORTO, Arnaldo Lemos. Semiologia Médica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.
Conteúdo Programático:
Alterações metabólicas.

CARGO(S): FARMACÊUTICO

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
INCORRETA. A etapa de Seleção é baseada em critérios epidemiológicos, de eficácia, segurança, qualidade e custo-efetividade, materializados em listas como a RENAME. Falhas no armazenamento ou no controle de estoque não invalidam tecnicamente a seleção dos medicamentos.
Alternativa B:
CORRETA. A programação depende de estimativas que considerem, entre outros elementos, o perfil epidemiológico, o consumo histórico, a oferta de serviços e as perdas de estoque. Quando o município utiliza exclusivamente o método epidemiológico e, simultaneamente, não dispõe de dados confiáveis sobre perdas por vencimento, comprometem-se os parâmetros utilizados para definir as quantidades a serem adquiridas. Além disso, um surto epidemiológico pode alterar substancialmente a demanda prevista, repercutindo diretamente na etapa de Aquisição, com risco tanto de desabastecimento quanto de superdimensionamento de estoques.
Alternativa C:
INCORRETA. A Dispensação contribui para o uso racional dos medicamentos, mas não corrige erros quantitativos decorrentes de falhas na programação ou aquisição. A Assistência Farmacêutica é um ciclo interdependente. Se a Programação subestimou a demanda (agravada pelo surto) e o Armazenamento não registrou perdas, o desabastecimento é inevitável. O monitoramento na Dispensação apenas detecta o problema, mas a resolução do desvio quantitativo depende obrigatoriamente do disparo de uma nova etapa de Aquisição para reabastecer o estoque físico, tornando a alternativa tecnicamente incorreta e sem margem para reversão.
Alternativa D:
INCORRETA. O impacto de um surto epidemiológico não se restringe à distribuição. Ele afeta diversas etapas da Assistência Farmacêutica, especialmente programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação.

Referência Bibliográfica:
Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Assistência Farmacêutica no SUS - Coleção Progestores: Para entender a gestão do SUS, volume 7. Brasília: CONASS, 2007
MARIN, N. et al. Assistência farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro : OPAS/OMS, 2003
Conteúdo Programático:
Ciclo da Assistência farmacêutica

CARGO(S): NUTRICIONISTA

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'C'.
Assertiva I: correta. A referência prevê expressamente que mães infectadas pelo HIV não devem amamentar e que crianças com galactosemia não podem ingerir leite humano ou qualquer outro que contenha lactose.
Assertiva II: incorreta. A referência não recomenda a suspensão completa do aleitamento materno em casos de tuberculose materna não tratada ou ainda bacilífera. Pelo contrário, orienta que a amamentação seja mantida com o uso de máscara pela mãe e restrição do contato próximo com a criança, devido ao risco de transmissão por gotículas respiratórias. Dessa forma, a afirmação de suspensão completa contraria o texto de referência, tornando a assertiva incorreta.
Assertiva III: correta. O texto afirma que, em casos de hepatite B materna, a administração de vacina e imunoglobulina específica (HBIG) ao recém-nascido logo após o nascimento praticamente elimina o risco teórico de transmissão pelo leite materno.
Assertiva IV: correta. A referência confirma que não há contraindicação ao aleitamento materno em casos de dengue, uma vez que o leite materno contém fator antidengue que protege a criança.

Referência Bibliográfica:
Aleitamento Materno e Alimentação Complementar, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf
Conteúdo Programático:
Amamenta e Alimenta Brasil

CARGO(S): OFICIAL DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

QUESTÃO: 31 - MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A:
Alternativa A – Correta
Nos termos do art. 37, XIX, da Constituição Federal, as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público são criadas diretamente por lei. A doutrina majoritária e a jurisprudência do STF reconhecem que as fundações públicas de direito público possuem natureza autárquica, razão pela qual sua personalidade jurídica decorre da própria lei instituidora, sem necessidade de registro de atos constitutivos em cartório ou junta competente. Nesse sentido, diferenciam-se das pessoas administrativas submetidas ao regime privado, cuja constituição depende de posterior registro.
Alternativa B:
Alternativa B – Correta
As entidades submetidas ao regime jurídico de direito público sujeitam-se às prerrogativas e restrições próprias desse regime, inclusive quanto ao tratamento conferido ao patrimônio utilizado para a consecução de suas finalidades institucionais. Tal característica decorre da natureza pública da entidade e encontra fundamento nos arts. 37 e 175 da Constituição Federal, bem como na disciplina jurídica aplicável às autarquias e fundações autárquicas, reconhecida pela jurisprudência do STF e pela doutrina administrativista.
Alternativa C:
Alternativa C – Correta
A descentralização administrativa pressupõe a atribuição de personalidade jurídica própria à entidade integrante da Administração Indireta. Assim, embora sujeita à supervisão finalística do ente instituidor, a fundação autárquica possui capacidade processual, patrimônio próprio e autonomia administrativa para o desempenho de suas atribuições, conforme decorre do modelo previsto no Decreto-Lei nº 200/1967 e do art. 37 da Constituição Federal.
Alternativa D:
Alternativa D – Incorreta
A assertiva descreve características típicas das fundações governamentais submetidas ao regime de direito privado. O art. 37, XIX, da Constituição Federal estabelece distinção entre entidades criadas diretamente por lei e aquelas cuja instituição depende de autorização legislativa. No caso das fundações públicas de direito público, a personalidade jurídica surge com a própria lei instituidora, inexistindo necessidade de registro constitutivo para sua integração à Administração Indireta. Por essa razão, a alternativa apresenta incorreção conceitual.

Referência Bibliográfica:
Constituição Federal
Decreto-Lei 200/1967
Conteúdo Programático:
Noções de Administração Pública. Administração Direta e Indireta: Características, princípios constitucionais.

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'B'.
Alternativa A:
A alternativa está de acordo com o art. 6º, XXIV, "a", da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o anteprojeto deve conter:
"demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado." Esses elementos permitem justificar a necessidade da contratação e orientar a elaboração dos projetos subsequentes.
Alternativa B:
Incorreta
Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
XXIV - anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:
j) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação;
Alternativa C:
A alternativa corresponde ao art. 6º, XXIV, "c", da Lei nº 14.133/2021, que prevê como conteúdo do anteprojeto:
"parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade." Esses parâmetros orientam a concepção da futura obra ou serviço de engenharia.
Alternativa D:
A alternativa está em conformidade com o art. 6º, XXIV, "d", da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o anteprojeto deve conter:
"estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível." Esses elementos estabelecem as diretrizes gerais da solução arquitetônica e urbanística do empreendimento.

Referência Bibliográfica:
Lei 14133/2021
Conteúdo Programático:
Licitações Públicas: Conceito, modalidades, limites, características, dispensas, inexigibilidades, contratos, sanções, tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Parceria Público Privada.

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'A'.
Alternativa A:
Segundo o artigo 132 da Lei de Licitações: “A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês”.
Alternativa B:
Segundo o artigo 132 da Lei de Licitações: “A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês”. Assim, o prazo apresentado encontra-se em desacordo com a legislação.
Alternativa C:
Segundo o artigo 132 da Lei de Licitações: “A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês”. Assim, o prazo apresentado encontra-se em desacordo com a legislação.

Alternativa D:
Segundo o artigo 132 da Lei de Licitações: “A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês”. Assim, o prazo apresentado encontra-se em desacordo com a legislação.

Referência Bibliográfica:
Lei 14133/2021
Conteúdo Programático:
Licitações Públicas: Conceito, modalidades, limites, características, dispensas, inexigibilidades, contratos, sanções, tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Parceria Público Privada.

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
Esse resultado não decorre de nenhuma fórmula usual de análise de liquidez, tampouco dos valores apresentados no enunciado.
Alternativa B:
Esse índice seria obtido apenas mediante utilização de fórmula ou dados distintos dos fornecidos. Não corresponde ao cálculo da liquidez seca com as informações da questão.
Alternativa C:
O índice de liquidez seca mede a capacidade de a entidade quitar suas obrigações de curto prazo sem considerar os estoques, por serem ativos de menor liquidez.
A fórmula é:
Liquidez Seca= (Ativo Circulante − Estoques)/Passivo Circulante
[(45.000+30.000+75.000+50.000)−50.000]/140.000 = 1,07
Alternativa D:
Esse valor não corresponde ao índice de liquidez seca calculado com os dados fornecidos.

Referência Bibliográfica:
MCASP, 11 edição
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços. Grupo GEN/Atlas, 2017.
Conteúdo Programático:
Análise dos indicadores econômico-financeiros básicos (liquidez, lucratividade, margem e rentabilidade, atividade, estrutura e endividamento).

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'D'.
Alternativa A:
Alternativa A – Correta
A caducidade ocorre quando uma norma jurídica superveniente torna incompatível a permanência dos efeitos de um ato anteriormente válido. Nessa hipótese, o ato não apresenta vício de origem, mas perde sua compatibilidade com o ordenamento em razão de alteração legislativa posterior.
Alternativa B:
Alternativa B – Correta
A anulação decorre da existência de vício de legalidade. A Administração possui o dever de invalidar atos ilegais, observando, contudo, os limites decorrentes da segurança jurídica, da boa-fé e da proteção da confiança legítima, especialmente após as alterações promovidas pela Lei nº 13.655/2018 na LINDB.
Alternativa C:
Alternativa C – Correta
A cassação pressupõe ato originalmente válido cuja manutenção dependia do cumprimento de determinadas condições pelo beneficiário. O descumprimento superveniente dessas condições autoriza a extinção do ato por cassação.
Alternativa D:
Alternativa D – Incorreta
A alternativa descreve características próprias da anulação, e não da revogação. A revogação incide sobre ato válido e eficaz, em razão de critérios de conveniência e oportunidade da Administração, constituindo manifestação do mérito administrativo. Em regra, produz efeitos prospectivos (ex nunc), preservando os efeitos regularmente produzidos até sua retirada.

Referência Bibliográfica:
HEINEN, Juliano. Curso de direito administrativo. Salvador: Juspodivm, 2021.
Conteúdo Programático:
Atos administrativos: Atributos, classificação, perfeição, validade, eficácia e espécies de atos administrativos.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'C'.
Alternativa A:
Art. 75. Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício do controle externo, e as normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, vedada sua extinção, criação ou instalação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 139, de 2026)
Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.
Alternativa B:
Art. 75. Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício do controle externo, e as normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, vedada sua extinção, criação ou instalação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 139, de 2026)
Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.
Alternativa C:
Conforme a CF:
Art. 75. Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício do controle externo, e as normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, vedada sua extinção, criação ou instalação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 139, de 2026)
Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por **sete** Conselheiros.
Alternativa D:
Art. 75. Os Tribunais de Contas são instituições permanentes, essenciais ao exercício do controle externo, e as normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, vedada sua extinção, criação ou instalação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 139, de 2026)
Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

Referência Bibliográfica:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Conteúdo Programático:
Controle da Administração pública.

CARGO(S): PROFESSOR ED. FÍSICA

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'A'.
Conforme consta no documento de referência:
- A BNCC inclui a capoeira na unidade temática Lutas (não em danças);
- O seu ensino é previsto para alunos dos anos iniciais do 3º ao 5º anos;
- Deve ser valorizada como patrimônio cultural brasileiro e manifestação da cultura corporal de movimento;
- Seu ensino deve contemplar não apenas aspectos motores, mas também elementos históricos, culturais e sociais (não em expressões e formas de experimentação corporal centradas em perícias e proezas provocadas por situações de imprevisibilidade).
Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2026.

Conteúdo Programático:

Conhecimentos específicos e Culturas Corporais de Movimento na escola: jogos, esporte, ginástica, lutas, dança e capoeira.

CARGO(S): PROFESSOR GEOGRAFIA

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'D'.

A primeira assertiva é incorreta: “Em “O sujeito e seu lugar no mundo”, nos Anos Finais, a Geografia valoriza o lugar da individualidade dos sujeitos no mundo”

De acordo com a referência: “Anos Finais, procura-se expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo. Dessa forma, o estudo da Geografia constitui-se em uma busca do lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando a sua individualidade e, ao mesmo tempo, situando-o em uma categoria mais ampla de sujeito social: a de cidadão ativo, democrático e solidário. Enfim, cidadãos produtos de sociedades localizadas em determinado tempo e espaço, mas também produtores dessas mesmas sociedades, com sua cultura e suas normas, p.362.”

A segunda assertiva está correta: “Em “Natureza, ambientes e qualidade de vida”, busca-se articular geografia física e geografia humana.”

De acordo com a referência: “Na unidade temática Natureza, ambientes e qualidade de vida, busca-se a unidade da geografia, articulando geografia física e a geografia humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra, p.364”

A terceira assertiva está correta: “Em “Formas de representação e pensamento espacial”, espera-se que, no decorrer do Ensino Fundamental, os alunos tenham domínio da leitura e elaboração de mapas e gráficos.

De acordo com a referência: “formas de representação e pensamento espacial, além da ampliação gradativa da concepção do que é um mapa e de outras formas de representação gráfica, são reunidas aprendizagens que envolvem o raciocínio geográfico. Espera-se que, no decorrer do Ensino Fundamental, os alunos tenham domínio da leitura e elaboração de mapas e gráficos, iniciando--se na alfabetização cartográfica. Fotografias, mapas, esquemas, desenhos, imagens de satélites, audiovisuais, gráficos, entre alternativas, são frequentemente utilizados no componente curricular, p.363.”

Referência Bibliográfica:

Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 21 jun. 2026.

Conteúdo Programático:

Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental.

CARGO(S): PSICÓLOGO

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'B'.

A banca considera que o recurso não é válido.

Assertiva 1- Assertiva é FALSA de acordo com o Art. 2º alínea p do Código de ética Profissional do Psicólogo que institui que é vedado ao psicólogo receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços; Ao contrário da alternativa.

Assertiva 2 - (assertiva contestada). Foi elaborada com base no art. 2º, alínea l, do Código de ética Profissional do Psicólogo, que veda ao psicólogo desviar para serviço particular ou de outra instituição pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha vínculo profissional, visando benefício próprio. Embora o recorrente sustente que o Código utiliza o termo "desviar" e não "encaminhar", a assertiva deve ser interpretada à luz da vedação ética prevista na norma. O objetivo do item é avaliar o conhecimento do candidato acerca da proibição de direcionar usuários atendidos em instituição com a qual o profissional possui vínculo para atendimento em serviço particular, conduta expressamente vedada pelo Código de Ética.

Assertiva 3 - Assertiva é FALSA de acordo com o Art. 1º alínea d do Código de ética Profissional do Psicólogo que define como dever fundamental do psicólogo prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal; Ao contrário do previsto no código, a assertiva determina que a ação seria vetada ao profissional.

Assertiva 4 - Assertiva VERDADEIRA Art 1 alínea e do Código de ética Profissional do Psicólogo que define como dever do psicólogo estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia;

Referência Bibliográfica:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf.

Conteúdo Programático:

Código de Ética do Psicólogo e Resoluções do Conselho Federal de Psicologia

Prefeitura Municipal de Estrela Velha/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II – Gabaritos Definitivos

1 - Contador									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - D	17 - D	18 - C	19 - C	20 - A
21 - A	22 - D	23 - B	24 - A	25 - *	26 - B	27 - D	28 - D	29 - C	30 - A
31 - C	32 - C	33 - B	34 - A	35 - A	36 - D	37 - B	38 - B	39 - C	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 20270

2 - Enfermeiro									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - D	17 - D	18 - C	19 - C	20 - A
21 - A	22 - D	23 - B	24 - A	25 - *	26 - B	27 - D	28 - D	29 - C	30 - A
31 - B	32 - D	33 - B	34 - C	35 - C	36 - B	37 - A	38 - D	39 - B	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21107.5

3 - Farmacêutico									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - D	17 - D	18 - C	19 - C	20 - A
21 - A	22 - D	23 - B	24 - A	25 - *	26 - B	27 - D	28 - D	29 - C	30 - A
31 - C	32 - B	33 - D	34 - C	35 - A	36 - D	37 - B	38 - A	39 - D	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 22557.5

4 - Nutricionista									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - D	17 - D	18 - C	19 - C	20 - A
21 - A	22 - D	23 - B	24 - A	25 - *	26 - B	27 - D	28 - D	29 - C	30 - A
31 - A	32 - B	33 - C	34 - A	35 - C	36 - D	37 - D	38 - B	39 - C	40 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 21807.5

5 - Oficial da Unidade de Controle Interno									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - D	17 - D	18 - C	19 - C	20 - A
21 - A	22 - D	23 - B	24 - A	25 - *	26 - B	27 - D	28 - D	29 - C	30 - A
31 - D	32 - B	33 - A	34 - C	35 - C	36 - D	37 - C	38 - A	39 - D	40 - C
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos									Assinatura Eletrônica: 23045

6 - Professor Anos Iniciais									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - B	17 - C	18 - A	19 - A	20 - D
21 - B	22 - C	23 - A	24 - C	25 - D	26 - A	27 - A	28 - B	29 - D	30 - C
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - D	36 - A	37 - A	38 - D	39 - B	40 - A
									Assinatura Eletrônica: 23980.5

7 - Professor Ciências									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - B	17 - C	18 - A	19 - A	20 - D
21 - B	22 - C	23 - A	24 - C	25 - D	26 - A	27 - A	28 - B	29 - D	30 - C
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - D	36 - D	37 - A	38 - B	39 - B	40 - C
									Assinatura Eletrônica: 25240.5

Prefeitura Municipal de Estrela Velha/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II – Gabaritos Definitivos

8 - Professor de História									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - B	17 - C	18 - A	19 - A	20 - D
21 - B	22 - C	23 - A	24 - C	25 - D	26 - A	27 - A	28 - B	29 - D	30 - C
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - D	36 - B	37 - A	38 - A	39 - D	40 - C
Assinatura Eletrônica: 24880.5									
9 - Professor Ed. Física									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - B	17 - C	18 - A	19 - A	20 - D
21 - B	22 - C	23 - A	24 - C	25 - D	26 - A	27 - A	28 - B	29 - D	30 - C
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - D	36 - B	37 - A	38 - B	39 - C	40 - D
Assinatura Eletrônica: 25319.25									
10 - Professor Educação Especial									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - B	17 - C	18 - A	19 - A	20 - D
21 - B	22 - C	23 - A	24 - C	25 - D	26 - A	27 - A	28 - B	29 - D	30 - C
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - D	36 - B	37 - C	38 - A	39 - C	40 - D
Assinatura Eletrônica: 25724.25									
11 - Professor Geografia									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - B	17 - C	18 - A	19 - A	20 - D
21 - B	22 - C	23 - A	24 - C	25 - D	26 - A	27 - A	28 - B	29 - D	30 - C
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - D	36 - C	37 - C	38 - B	39 - A	40 - D
Assinatura Eletrônica: 25679.25									
12 - Psicólogo									
01 - C	02 - B	03 - D	04 - C	05 - A	06 - D	07 - B	08 - D	09 - A	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - B	15 - C	16 - D	17 - D	18 - C	19 - C	20 - A
21 - A	22 - D	23 - B	24 - A	25 - *	26 - B	27 - D	28 - D	29 - C	30 - A
31 - C	32 - B	33 - B	34 - A	35 - D	36 - A	37 - B	38 - C	39 - D	40 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 20795	
13 - Técnico Agrícola									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - B	12 - A	13 - C	14 - D	15 - C	16 - C	17 - A	18 - C	19 - B	20 - D
21 - C	22 - B	23 - A	24 - D	25 - A	26 - C	27 - D	28 - B	29 - A	30 - D
31 - D	32 - C	33 - B	34 - A	35 - B	36 - A	37 - A	38 - D	39 - B	40 - C
Assinatura Eletrônica: 18982.5									
14 - Técnico em Enfermagem									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - B	12 - A	13 - C	14 - D	15 - C	16 - C	17 - A	18 - C	19 - B	20 - D
21 - C	22 - B	23 - A	24 - D	25 - A	26 - C	27 - D	28 - B	29 - A	30 - D
31 - D	32 - C	33 - C	34 - A	35 - A	36 - D	37 - C	38 - D	39 - B	40 - B
Assinatura Eletrônica: 20732.5									

Prefeitura Municipal de Estrela Velha/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II – Gabaritos Definitivos

15 - Agente Comunitário De Saúde - Microárea 5 - ESF 1									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - A	12 - C	13 - B	14 - D	15 - C	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - C
21 - C	22 - A	23 - C	24 - B	25 - D	26 - C	27 - B	28 - A	29 - D	30 - A
31 - C	32 - D	33 - B	34 - A	35 - D	36 - C	37 - D	38 - C	39 - B	40 - A
Assinatura Eletrônica: 16060									
16 - Agente Comunitário De Saúde - Microárea 4 - ESF 2									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - A	12 - C	13 - B	14 - D	15 - C	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - C
21 - C	22 - A	23 - C	24 - B	25 - D	26 - C	27 - B	28 - A	29 - D	30 - A
31 - C	32 - D	33 - B	34 - A	35 - D	36 - C	37 - D	38 - C	39 - B	40 - A
Assinatura Eletrônica: 16060									
17 - Atendente de Farmácia									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - A	12 - C	13 - B	14 - D	15 - C	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - C
21 - C	22 - A	23 - C	24 - B	25 - D	26 - C	27 - B	28 - A	29 - D	30 - A
31 - C	32 - D	33 - B	34 - A	35 - D	36 - C	37 - D	38 - C	39 - B	40 - A
Assinatura Eletrônica: 16060									
18 - Auxiliar de Atendimento Educacional									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - A	12 - C	13 - B	14 - D	15 - C	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - C
21 - C	22 - A	23 - C	24 - B	25 - D	26 - C	27 - B	28 - A	29 - D	30 - A
31 - C	32 - D	33 - B	34 - A	35 - D	36 - C	37 - D	38 - C	39 - B	40 - A
Assinatura Eletrônica: 16060									
19 - Auxiliar de Saúde Bucal ESF									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - A	12 - C	13 - B	14 - D	15 - C	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - C
21 - C	22 - A	23 - C	24 - B	25 - D	26 - C	27 - B	28 - A	29 - D	30 - A
31 - C	32 - D	33 - B	34 - A	35 - D	36 - C	37 - D	38 - C	39 - B	40 - A
Assinatura Eletrônica: 16060									
20 - Fiscal Ambiental de Obras e Posturas									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - A	12 - C	13 - B	14 - D	15 - C	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - C
21 - C	22 - A	23 - C	24 - B	25 - D	26 - C	27 - B	28 - A	29 - D	30 - A
31 - C	32 - D	33 - B	34 - A	35 - D	36 - C	37 - D	38 - C	39 - B	40 - A
Assinatura Eletrônica: 16060									
21 - Oficial do Setor Pessoal									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - A	12 - C	13 - B	14 - D	15 - C	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - C
21 - C	22 - A	23 - C	24 - B	25 - D	26 - C	27 - B	28 - A	29 - D	30 - A
31 - C	32 - D	33 - B	34 - A	35 - D	36 - C	37 - D	38 - C	39 - B	40 - A
Assinatura Eletrônica: 16060									

Prefeitura Municipal de Estrela Velha/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II – Gabaritos Definitivos

22 - Professor Educação Infantil									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - B	12 - A	13 - C	14 - D	15 - C	16 - C	17 - C	18 - B	19 - A	20 - D
21 - B	22 - A	23 - A	24 - D	25 - C	26 - C	27 - B	28 - C	29 - C	30 - B
31 - B	32 - D	33 - A	34 - A	35 - A	36 - C	37 - A	38 - B	39 - D	40 - D
Assinatura Eletrônica: 24124.5									

23 - Tesoureiro									
01 - B	02 - C	03 - A	04 - D	05 - C	06 - A	07 - B	08 - D	09 - B	10 - D
11 - A	12 - C	13 - B	14 - D	15 - C	16 - B	17 - A	18 - C	19 - D	20 - C
21 - C	22 - A	23 - C	24 - B	25 - D	26 - C	27 - B	28 - A	29 - D	30 - A
31 - C	32 - D	33 - B	34 - A	35 - D	36 - C	37 - D	38 - C	39 - B	40 - A
Assinatura Eletrônica: 16060									

24 - Motorista									
01 - B	02 - D	03 - C	04 - A	05 - D	06 - B	07 - A	08 - D	09 - C	10 - B
11 - D	12 - A	13 - C	14 - B	15 - A	16 - B	17 - D	18 - B	19 - A	20 - C
21 - B	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A
31 - D	32 - D	33 - C	34 - B	35 - C	36 - C	37 - A	38 - D	39 - A	40 - B
Assinatura Eletrônica: 15575									

25 - Operário Especializado									
01 - B	02 - D	03 - C	04 - A	05 - D	06 - B	07 - A	08 - D	09 - C	10 - B
11 - D	12 - A	13 - C	14 - B	15 - A	16 - B	17 - D	18 - B	19 - A	20 - C
21 - B	22 - A	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A
31 - D	32 - D	33 - C	34 - B	35 - C	36 - C	37 - A	38 - D	39 - A	40 - B
Assinatura Eletrônica: 15575									

26 - Operador de Máquinas									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - D	05 - B	06 - A	07 - C	08 - C	09 - D	10 - A
11 - B	12 - A	13 - B	14 - A	15 - C	16 - D	17 - B	18 - C	19 - A	20 - B
21 - A	22 - D	23 - A	24 - D	25 - A	26 - *	27 - C	28 - D	29 - C	30 - B
31 - A	32 - C	33 - B	34 - C	35 - D	36 - C	37 - A	38 - B	39 - D	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 18210	

27 - Operador de Trator Agrícola									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - D	05 - B	06 - A	07 - C	08 - C	09 - D	10 - A
11 - B	12 - A	13 - B	14 - A	15 - C	16 - D	17 - B	18 - C	19 - A	20 - B
21 - A	22 - D	23 - A	24 - D	25 - A	26 - *	27 - C	28 - D	29 - C	30 - B
31 - A	32 - C	33 - B	34 - C	35 - D	36 - C	37 - A	38 - B	39 - D	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 18210	

28 - Operário									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - D	05 - B	06 - A	07 - C	08 - C	09 - D	10 - A
11 - B	12 - A	13 - B	14 - A	15 - C	16 - D	17 - B	18 - C	19 - A	20 - B
21 - A	22 - D	23 - A	24 - D	25 - A	26 - *	27 - C	28 - D	29 - C	30 - B
31 - A	32 - C	33 - B	34 - C	35 - D	36 - C	37 - A	38 - B	39 - D	40 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos								Assinatura Eletrônica: 18210	

Prefeitura Municipal de Estrela Velha/RS
(Concurso Público nº 01/2026)
ANEXO II Gabaritos Definitivos

29 - Servente									
01 - D	02 - B	03 - C	04 - D	05 - B	06 - A	07 - C	08 - C	09 - D	10 - A
11 - B	12 - A	13 - B	14 - A	15 - C	16 - D	17 - B	18 - C	19 - A	20 - B
21 - A	22 - D	23 - A	24 - D	25 - A	26 - *	27 - C	28 - D	29 - C	30 - B
31 - A	32 - C	33 - B	34 - C	35 - D	36 - C	37 - A	38 - B	39 - D	40 - D

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 18210

Assinatura Eletrônica Total: 576716.25.